

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC EZEQUIEL SANTANA DA SILVA FILHO

CONTRIBUIÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DE MEIOS DA RÚSSIA PARA A DO
BRASIL, SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA:
um estudo dos documentos estratégicos russos e brasileiros publicados entre
2012 e 2022

Rio de Janeiro

2022

CC EZEQUIEL SANTANA DA SILVA FILHO

CONTRIBUIÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DE MEIOS DA RÚSSIA PARA A DO

BRASIL, SOB A ÓTICA DA NEUROCIÊNCIA:

um estudo dos documentos estratégicos russos e brasileiros publicados entre

2012 e 2022

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

À Escola de Guerra Naval, pela oportunidade de lapidar o intelecto, aperfeiçoar os conhecimentos e expandir os horizontes, provendo um ano dedicado às atividades acadêmicas e ao crescimento profissional.

À minha esposa Camila e à minha filha Maria Eduarda pelo incondicional apoio, motivação e compreensão dispensados ao longo de todo o Curso e na realização deste trabalho. À minha mãe e à minha irmã Shirleide pelo apoio, mesmo à distância.

Ao CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier, meu orientador, cujos exemplos e diretrizes tenho a honra de receber desde Primeiro-Tenente, pela disponibilidade irrestrita, pelas críticas construtivas, pelas sugestões e oportunas correções de rumo, que foram de grande relevância para a elaboração e conclusão deste trabalho. Esta oportunidade de orientação acadêmica reafirma os nobres valores da nossa Marinha. A atenção para com o subordinado é eterna, assim como a lealdade e a gratidão deste.

Aos meus amigos, em especial aos CC Alberto, CC (IM) Aline, CC (FN) Amabahy, CC Frederico e CC (IM) Victor pelas relevantes contribuições de conteúdo que trouxeram grande suporte ao desenvolvimento da minha pesquisa e argumentação.

A todos vocês, minha mais sincera e profunda gratidão.

“A história do homem livre nunca é escrita pela sorte, mas pela escolha – a escolha dele.”

(Dwight D. Eisenhower*)

* Dwight D. Eisenhower (1890-1969) foi um general e presidente estadunidense.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar as estratégias navais de meios da Rússia e do Brasil, desde as suas formulações até a suas implementações. A relevância do estudo reside na oportunidade de contribuir para a elaboração de uma futura estratégia naval brasileira. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica e empregou-se uma metodologia descritiva e analítica, buscando o entendimento da formulação das estratégias da Rússia e do Brasil e das conseqüentes evoluções materiais de suas Marinhas. Focou-se a pesquisa na última década, quando aqueles Estados formularam importantes documentos político-estratégicos e buscaram a materialização de suas estratégias navais de meios. O trabalho apoiou-se nas teorias da Estratégia e da Neurociência, a fim de analisar como a percepção clara de inimigos influencia uma Estratégia de Defesa e, particularmente, a onerosa estratégia naval de meios. A teoria permitiu antecipar que aquela percepção por parte da sociedade e do poder político determina a priorização de recursos financeiros para a Defesa, mesmo havendo outras necessidades sociais. A análise comparativa dos documentos estratégicos russos e brasileiros e de suas implementações confirmou que somente a observância das teorias de Estratégia não é suficiente para o sucesso daqueles. O motivo cognitivo por trás disso é destacado pela Neurociência. A partir desta, concluiu-se que a estratégia naval de meios brasileira teria uma baixa probabilidade de atingir uma implementação de sucesso se for apoiada somente pelo dimensionamento racional via Planejamento Baseado em Capacidades e pela divulgação institucional via Comunicação Social. Por outra abordagem, as lições russas, corroboradas pelas teorias da Estratégia e da Neurociência, apontam que o sucesso da implementação de uma custosa estratégia naval de meios depende de a sociedade e o poder político conhecerem, claramente, as ameaças e os riscos aos quais estão sujeitos.

Palavras-chave: Brasil. Defesa. Estratégia contemporânea. Estratégia militar. Estratégia naval de meios. Forças Armadas. Marinha. Neurociência. Planejamento Estratégico. Rússia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Gastos de Defesa no PIB e nos gastos públicos, Rússia 2012-2021.....	63
GRÁFICO 2 – Gastos de Defesa em valor corrente, Rússia 2012-2021	63
GRÁFICO 3 – Gastos de Defesa no PIB e nos gastos públicos, Brasil 2012-2021	65
FIGURA 1 – Presença de potências extrarregionais no Entorno Estratégico Brasileiro.....	66
FIGURA 2 – Disputa entre China e EUA pela liderança do comércio internacional em 2018..	67
FIGURA 3 – A "Amazônia Azul"	68

LISTA DE TABELAS

1 – Gastos com Defesa, no período de-2012-2021, Rússia.....	62
2 – Gastos com Defesa, no período de-2012-2021, Brasil	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED –	Ações Estratégicas de Defesa
ASD –	Ações Setoriais de Defesa
BID –	Base Industrial de Defesa
CapMD –	Capacidades Militares de Defesa
CMD –	Cenário Militar de Defesa
CND –	Capacidades Nacionais de Defesa
ComSoc –	Comunicação Social
CPE –	Conceito de Política Externa da Federação da Rússia
DM [a] –	Doutrina Marítima da Federação da Rússia
DM [b] –	Doutrina Militar da Federação da Rússia
DMD –	Doutrina Militar de Defesa
EB –	Exército Brasileiro
ED –	Estratégias de Defesa
EMCFA –	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EMiD –	Estratégia Militar de Defesa
EN –	Fundamentos da Política Estatal da Federação da Rússia no Campo de Operações Navais para o período até 2030; ou Estratégia Naval
END –	Estratégia Nacional de Defesa
ESD –	Estratégia Setorial de Defesa
ESN –	Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia
EUA –	Estados Unidos da América
FAB –	Força Aérea Brasileira

FFAA –	Forças Armadas
FMRI –	<i>Functional Magnetic Resonance Imaging</i>
HE –	Hipóteses de Emprego
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
LBDN –	Livro Branco de Defesa Nacional
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
OBNAV –	Objetivos Navais
OCOP –	Obtenção da Capacidade Operacional Plena
OMD –	Objetivos Militares de Defesa
OND –	Objetivos Nacionais de Defesa
OpPsc –	Operação Psicológica
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA –	Possibilidades de Atuação
PAED –	Plano de Articulação e de Equipamento das Forças Armadas
PAEMB –	Plano de Articulação e de Equipamento
PBC –	Planejamento Baseado em Capacidades
PDN –	Princípios Básicos da Política Estatal da Federação da Rússia sobre Dissuasão Nuclear; ou Política sobre Dissuasão Nuclear
PEA –	Programa Estatal de Armas
PEM –	Plano Estratégico da Marinha
PIB –	Produto Interno Bruto
PMiD –	Política Militar de Defesa
PND –	Política Nacional de Defesa

- PNM – Programa Nuclear da Marinha
- PPA – Plano Plurianual da União
- PSD – Política Setorial de Defesa
- PN – Política Naval
- PND – Política Nacional de Defesa
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- SPAN – Sistemática de Planejamento de Alto Nível
- SPEM – Sistemática de Planejamento Estratégico-Militar
- TNP – Tratado de Não–Proliferação de Armas Nucleares
- UE – União Européia
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AS TEORIAS DA ESTRATÉGIA E DA NEUROCIÊNCIA.....	14
2.1	Aspectos da teoria da Estratégia	14
2.2	Aspectos da teoria da Neurociência	21
2.3	Análise.....	26
3	A ESTRATÉGIA NAVAL DE MEIOS RUSSA.....	28
3.1	Os documentos estratégicos russos e a vontade nacional.....	28
3.2	A estratégia operacional e a estratégia de meio russas.....	33
3.3	Análise.....	39
4	ESTRATÉGIA NAVAL DE MEIOS BRASILEIRA	40
4.1	Os documentos estratégicos brasileiros.....	40
4.2	A estratégia de meio, a estratégia operacional e a vontade nacional	44
4.3	Análise.....	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICE A – Gastos russos com Defesa	62
	APÊNDICE B – Gastos brasileiros com Defesa	64
	APÊNDICE C – Presença de potências extrarregionais no Entorno Estratégico Brasileiro....	66
	APÊNDICE D – "Amazônia Azul"	68

1 INTRODUÇÃO

Observa-se atualmente um cenário de tensões nas relações internacionais pela competição entre os Estados, gerando uma instabilidade mundial. O atual estágio do desenvolvimento humano se caracteriza pela expansão da atividade econômica e científica na plataforma continental e no fundo dos oceanos, agregando seu potencial de recursos à produção industrial. A progressiva intensificação do uso dos mares e dos oceanos para fins econômicos e militares continuará crescendo devido ao esgotamento de recursos naturais em terra, gerando uma disputa que respalda a necessidade de um Poder Naval forte. Por outro lado, devido a requisitos tecnológicos, as forças navais são de custo elevado, de concepção demorada e de atualização constante, o que requer uma eficaz estratégia naval de meios.

Para tanto, deve-se seguir mais do que os preceitos da teoria da Estratégia; deve-se considerar o papel dos participantes dos processos decisórios relativos ao preparo de uma força naval adequada para enfrentar as ameaças diversas e complexas, ou seja, haveria necessidade de compreender os processos cognitivos humanos. Isso posto, o presente trabalho se propõe a analisar as estratégias navais contemporâneas do Brasil e da Rússia, desde suas respectivas formulações até suas implementações, bem como suas dificuldades e soluções, a fim de observar os preceitos teóricos de Estratégia e de Neurociência. Esses Estados foram selecionados pela proximidade socioeconômica – representada pelos valores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Produto Interno Bruto (PIB) – e pela busca recente por um Poder Naval moderno e centrado em submarinos e navios-escolta.

Tais similaridades, numa análise muito incipiente, poderiam ensejar semelhanças de capacidades e de dificuldades, bem como de objetivos estatais, o que suscita o interesse

pela investigação. Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: em que medida a contemporânea estratégia naval de meios russa, sob a ótica da Neurociência, pode servir de subsídio a uma futura estratégia naval brasileira?

O objetivo deste trabalho é, portanto, identificar uma contribuição da experiência russa, entre os anos de 2012 e 2022, para a formulação de uma futura estratégia naval brasileira, a fim de que essa tenha maior probabilidade de sucesso em sua implementação. O período é demarcado pela publicação e implementação de importantes documentos político-estratégicos ostensivos dos Estados estudados, sendo os dados coletados até julho de 2022, inclusive. Ainda, a oportunidade daquela possível contribuição e o propósito de sua utilização apontam a relevância deste trabalho.

Para ascender ao objetivo deste estudo comparativo, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica, empregando a metodologia descritiva e analítica. Dessa forma, o estudo está estruturado nos moldes de um trabalho científico, no qual será procedida a análise das seguintes variáveis de pesquisa: organização dos documentos estratégicos; objetivos/fins; percepção do ambiente, dos riscos e das ameaças; percepção de inimigo; vontade nacional – política e popular –; comunicação com a sociedade; estratégia operacional (métodos); e estratégia de meios e sua implementação.

Logo, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos. Após a presente Introdução, o segundo capítulo apresenta uma fundamentação teórica. Para a construção do referencial teórico de Estratégia, utilizou-se principalmente as apreciações de Harry Yarger em *Strategic Theory for the 21st Century: the Little Book on big Strategy* (2006), de Hervé Coutau-Bégarie em *Tratado de Estratégia* (2010) e de Lars Wedin em *Estratégias Marítimas no Século XXI: A contribuição do Almirante Castex* (2015). Para Neurociência, as de Leonard Mlodinow em *Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas* (2013) e de Newton Rodrigues-Lima

em Negociação de Alto Impacto com Técnicas de Neuromarketing: neurociência (2017).

No terceiro capítulo, a estratégia naval de meios russa será analisada desde sua formulação até a sua implementação, a fim de verificar as possíveis dificuldades e a observância ou não dos aspectos teóricos da Estratégia e da Neurociência. Para tanto, foi buscado apreciar as variáveis anteriormente citadas, empregando, principalmente, os documentos político-estratégicos como a Doutrina Militar da Federação da Rússia de 2014 (DM-2014), a Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia de 2021 (ESN-2021), o Conceito de Política Externa da Federação da Rússia de 2016 (CPE-2016), os Princípios Básicos da Política Estatal da Federação da Rússia sobre Dissuasão Nuclear de 2020 – doravante chamada de Política sobre Dissuasão Nuclear (PDN-2020) –, a Doutrina Marítima da Federação da Rússia de 2022 (DM-2022), e Fundamentos da Política Estatal da Federação da Rússia no Campo de Operações Navais para o período até 2030 – doravante Estratégia Naval de 2017 (EN-2017).

De maneira análoga, a estratégia naval de meios brasileira, por sua vez, será abordada no quarto capítulo com o mesmo propósito e utilizará as mesmas variáveis de pesquisa, enquanto se identificam as principais similaridades e diferenças quando comparada com a sua congênere russa. Nesse sentido, também foram empregados documentos como o Livro Branco de Defesa Nacional de 2020 (LBDN), a Política Nacional de Defesa de 2020 (PND), a Estratégia Nacional de Defesa de 2020 (END), a Política Naval de 2019 (PN) e o Plano Estratégico da Marinha: 2040 de 2020 (PEM-2040), dentre outros.

No último capítulo, nas considerações finais, tentou-se responder a questão de pesquisa a partir dos resultados alcançados e das percepções construídas.

2 AS TEORIAS DA ESTRATÉGIA E DA NEUROCIÊNCIA

Este capítulo tem como propósito apresentar uma abordagem teórica da Estratégia – a fim de permitir a orientação do pensamento no estudo e a compreensão das variáveis de pesquisa a serem analisadas nos capítulos vindouros – e da Neurociência – a fim de compreender a percepção de ameaça e o processo de priorização e de tomada de decisão pelos seres humanos, identificando possíveis aplicações numa estratégia naval de meios. Por fim, será procedida uma análise.

2.1 Aspectos da teoria da Estratégia

As teorias da Estratégia são úteis para facilitar a análise, padronizar linguagem e estruturas e permitir explicar a importância de um tema tão complexo ao público e aos decisores (WEDIN, 2015). Elas não são uma simples receita, mas uma maneira de desenvolver uma perspectiva e uma abordagem para definir, articular e realizar escolhas alternativas de forma que possam ser compreendidas e implementadas (YARGER, 2006). Nesse sentido, Harry Yarger (2006) apresenta uma definição contemporânea de Estratégia:

A arte e a ciência de desenvolver e usar o poder político, econômico, social-psicológico e militar do Estado para criar efeitos estratégicos que protejam ou promovam os interesses nacionais no meio ambiente de acordo com a orientação política. A estratégia busca uma sinergia e simetria de objetivos, conceitos e recursos para aumentar as probabilidades e consequências favoráveis do sucesso da política e diminuir as chances de fracasso daquela (YARGER, 2006, p. 65, tradução do autor).¹

Um aspecto teórico da estratégia é a relação sinérgica, adequada e equilibrada, qualitativa e quantitativamente, entre os fins – ou objetivos ou metas – buscados; os

¹ No original: “*The art and science of developing and using the political, economic, social-psychological, and military power of the state to create strategic effects that protect or advance national interests in the environment in accordance with policy guidance. Strategy seeks a synergy and symmetry of objectives, concepts, and resources to increase the probabilities and favorable consequences of policy success and to lessen the chances of policy failure.*”

métodos – ou vias ou concepções ou conceitos – utilizados para perseguir tais fins; e os meios – ou recursos – disponíveis. As questões qualitativas – adequabilidade e aceitabilidade – perguntam se o atingimento dos objetivos produzirá os efeitos desejados e se estes justificarão os objetivos escolhidos, os métodos usados, os recursos necessários e os custos incorridos. A questão quantitativa – aplicabilidade ou exequibilidade – sugere que o método possua e empregue recursos com os tipos e quantidades apropriados (YARGER, 2006).

Um segundo aspecto é que a estratégia é subordinada à política. Todos os Estados buscam perseguir seus interesses, definidos como estados desejados e categorizados em: sobrevivência, bem-estar econômico, participação na ordem mundial e preservação ou difusão de valores. O papel da estratégia é garantir a busca, proteção, ou avanço desses interesses, preenchendo a lacuna entre a realidade atual e um futuro desejado. Para promover tais interesses, os meios usados são os instrumentos de poder² (YARGER, 2006). Entretanto, para obter um efeito positivo desses instrumentos, é necessária uma vontade política. Sem ela, o poder não pode se traduzir em atos (WEDIN, 2015).

A política domina a estratégia por articular o estado final desejado – ao produzir os objetivos estratégicos –, orientar os meios/recursos, limitar as ações etc. Por outro lado, a estratégia informa à política as realidades do meio ambiente e os limites de poder, ou seja, as limitações de meios. Assim, a política garante que a estratégia persiga os objetivos apropriados e a estratégia informa à política a respeito da arte do possível (YARGER, 2006).

Um terceiro aspecto é que a estratégia é hierárquica e cumulativa. A liderança política assegura seu controle sobre os instrumentos de poder por meio da natureza hierárquica da estratégia do Estado. A política nacional fornece uma ampla orientação

² Os instrumentos (expressões) do poder nacional na Doutrina Militar de Defesa são: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (Brasil, 2007, p.15).

estratégica, originando uma grande estratégia – muitas vezes não documentada –, uma estratégia de segurança nacional, outras estratégias nacionais explícitas e declarações políticas a respeito de questões específicas. A partir dessas estratégias e políticas, os principais setores desenvolvem as suas próprias. Para os militares, da estratégia de segurança nacional, derivam uma estratégia nacional de defesa e uma estratégia militar. A estratégia militar, por sua vez, conduz a estratégias de teatro, como a estratégia naval. Nesse percurso, o propósito político domina todos os níveis da estratégia (YARGER, 2006).

Dessa forma, os distintos níveis de estratégia são inter-relacionados devido à natureza abrangente e hierárquica, bem como dominados pelo propósito político. O efeito de uma política é a soma das estratégias subordinadas em todos os níveis e a interação relacionada a eles, influenciando o sucesso ao longo do tempo. O efeito cumulativo muitas vezes excede a soma das partes. No entanto, também é possível que os esforços de um nível possam ser negados pelos efeitos de outro (YARGER, 2006). Assim, há a necessidade de uma coordenação vertical – feita pela estrutura político-estratégica – e horizontal – feita por um sistema de dependências entre as distintas estratégias (WEDIN, 2015).

Nesse contexto, a estratégia possui uma perspectiva holística. Ao elaborar uma estratégia de uma perspectiva particular, os estrategistas devem pensar de forma abrangente, estando cientes da situação geral, das suas capacidades e recursos próprios e do impacto de suas ações em todo o ambiente, a fim de que ela seja adequada para servir ao propósito pretendido ao seu nível. Eles se preocupam com a integração horizontal e vertical dela. Destarte, uma boa estratégia nunca se desenvolve de forma fragmentada ou isolada e, assim, uma estratégia militar bem-sucedida deve estar intimamente integrada e pode depender de outras (YARGER, 2006).

Também é necessário destacar que pensamento estratégico deve responder a

uma necessidade. Esta abordagem aponta um quarto aspecto teórico: o inimigo é constituinte necessário da relação estratégica. A dialética das inteligências³ do campo estratégico exige uma inteligência antagônica. A estratégia é uma relação de troca e é, fundamentalmente, um fenômeno de ação/reação – todo movimento de um dos protagonistas deve suscitar uma resposta do seu adversário (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A estratégia desenvolver-se-á sempre com o risco de guerra como pano de fundo. A falta desse risco e a de um inimigo digno provocará a esclerose do pensamento estratégico. Entretanto, observa-se uma tendência de esvaziar o critério do inimigo, substituindo-o por palavras de caráter mais geral com conotação negativa – como superar um obstáculo – ou positiva – como alcançar a segurança –; são conceitos genéricos ou vagos demais. A única solução é voltar à noção de inimigo e à dialética das inteligências que ela engendra, pois quando não há a dialética, não há estratégia (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

A interação com outros Estados e atores, o acaso e a não linearidade fazem com que o risco – ou a incerteza – seja inerente ao ambiente. Isso remete a um quinto aspecto: a estratégia é subordinada ao ambiente, que possui tanto componentes internos como externos. Ao questionar o pensamento por trás dela, o risco pode ser avaliado e muitas vezes mitigado, produzindo um equilíbrio favorável contra o fracasso. Assim, o principal propósito da estratégia é favorecer e influenciar o ambiente, fornecendo uma aplicação judiciosa do poder para a consecução de objetivos (YARGER, 2006).

Numa outra abordagem – a de preparo e emprego de meios/forças –, a Estratégia Militar seria composta por Estratégia de Meios – responsável pela disponibilização de recursos e coordenação da logística e da organização – e por Estratégia Operacional

³ A estratégia é a dialética das inteligências. Ela pressupõe a interação entre dois atores antagônicos, ou seja, uma relação de troca entre dois protagonistas, um fenômeno de ação/reação, "[...] em que o discernimento, a astúcia, e a velocidade de reação levam vantagem sobre a força pura, a qual se manifesta muito mais na condução do combate (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p.66-67).

(COUTAU-BÉGARIE, 2010) – o judicioso emprego do poder, ou seja, o uso dos meios disponibilizados em um determinado teatro de operação; é o poder em ação (WEDIN, 2015).

De acordo com o método de emprego da força, a Estratégia Operacional pode ser dividida em duas partes: estratégia de emprego real e estratégia de emprego virtual. Na primeira, busca-se reduzir ou aniquilar a liberdade de ação e a capacidade de reação do adversário, tendo como alvo os seus pontos fracos. Na segunda, o alvo é a vontade do adversário, mas sem empregar a força. Mesmo no emprego real, sempre há um componente virtual que é a percepção que o adversário tem do que pode enfrentar (WEDIN, 2015).

Pode-se ser mais específico associando tais métodos aos fins. Em uma situação de conflito, os objetivos são positivos quando buscam modificar a situação atual. Sua consecução se dá por operações positivas, nas quais uma parte busca manifestar sua vontade em detrimento da outra, utilizando ações de coerção. Quando os objetivos são negativos, ou seja, quando se busca manter a situação atual, sua consecução ocorre por operações negativas, utilizando ações de interdição. O equilíbrio entre uma estratégia de coerção e uma de interdição depende do objetivo estratégico e da relação de poder entre as partes envolvidas (WEDIN, 2015).

A coerção associada ao emprego real é qualificada de agressão ou ofensiva, pela qual se busca tomar a iniciativa para impor a vontade ao adversário, persuadindo-o, militarmente, de sua inferioridade. Por outro lado, associada ao emprego virtual, ela é qualificada de pressão, pelo que se busca a iniciativa da vontade, mas sem demonstrar a superioridade pela ação. Já a interdição associada ao emprego real é qualificada de defesa, pela qual se procura coagir o adversário a abandonar sua empreitada porque ela está fadada ao fracasso ou porque o custo de sua implementação será muito elevado em comparação com o seu objetivo. Associada ao emprego virtual, a interdição é qualificada de dissuasão,

uma forma preventiva de defesa pela qual se objetiva modificar as intenções do adversário. Todavia, se a dissuasão fracassa, é preciso modificar o modo de ação e passar do virtual para o real — ou perde-se a credibilidade (WEDIN, 2015).

Por sua vez, a dissuasão pode ser nuclear – baseada na presença permanente de um ou mais submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos, por exemplo – e convencional – como uma força naval bem adestrada e bem equipada. A diferença é que, diante de uma dissuasão nuclear alheia, o agressor se preocupa mais com os seus riscos do que com a probabilidade de ganho. O inverso ocorre no modo convencional (WEDIN, 2015).

Assim, o armamento nuclear produziu uma reviravolta extraordinária na estratégia, colocando em primeiro plano a dissuasão em vez da ação – o emprego real. A Marinha, instrumento de ação, vem transformando-se no destaque da dissuasão, uma vez que a revolução nuclear encontrou uma aplicação particular no meio naval: além das armas, transformou o submersível em submarino de propulsão nuclear, com mobilidade e uma proteção excepcionais, trazendo consequências tanto para a estratégia de dissuasão quanto para a estratégia de ação (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Nesse contexto, estratégia naval é uma estratégia operacional. Ela é a ciência e a arte da manobra das forças militares para que elas concorram para o sucesso da estratégia marítima. Uma força naval realiza uma vasta gama de missões e de operações em tempos de paz, de crise e de guerra. Ademais, tarefas do serviço público estão sendo conduzidas no mar, cada vez mais longe da costa, mobilizando meios numa quantidade maior, porém sem requerer um grande poder de combate. Isso exige uma estratégia de meios mais abrangente em relação àquela que englobaria somente a guerra naval (WEDIN, 2015).

Como uma estratégia é composta por vias-e-meios aplicados para atingir objetivos (fins), então sem meios, não há vias estratégicas; logo, não há objetivos políticos

possíveis (WEDIN, 2015), ou seja, uma estratégia que não tenha os recursos adequados não é viável. Logo, na formulação da estratégia, determina-se os tipos de meios necessários para sustentar os métodos/vias. Dessa forma, a estratégia de meios deve conceber, construir, e conduzir os meios e capacidades necessários para atingir os fins (YARGER, 2006).

Nesse sentido, há que buscar um equilíbrio entre as demandas e as exigências – por vezes contraditórias, notadamente entre o número e a capacidade dos meios. Isso pode ser bem entendido quando se observam as operações de guerra naval, em que há demanda por navios de guerra de alta tecnologia, combinando vários sistemas de armas. Como seu custo é muito elevado, eles são em pequena quantidade. Inversamente, missões subsidiárias, como as de segurança marítima, requerem um número maior de unidades, mas não necessariamente de armas muito evoluídas. Assim, o equilíbrio entre "*high and low*" é o dilema da estratégia naval de meios (WEDIN, 2015).

Destaca-se ainda que, na estratégia, os recursos podem ser tangíveis ou intangíveis. Os recursos intangíveis incluem vontade nacional, intelecto, boa vontade internacional, coragem ou mesmo fanatismo. Já os exemplos de recursos tangíveis incluem forças, pessoas, equipamentos, dinheiro e instalações. O principal problema dos recursos tangíveis é que eles raramente são suficientes para apoiar o melhor método (YARGER, 2006).

Como um governo democrático não pode dispor de todos os recursos nacionais, a estratégia será sempre incompleta e hesitante. Uma estratégia de meios só será robusta se houver um resultado econômico favorável anteriormente (WEDIN, 2015). A escassez de meios pode decorrer de demandas concorrentes, de uma indisponibilidade real de recursos financeiros ou de um desejo de prudência e eficiência com as finanças governamentais. Por outro lado, é responsabilidade do estrategista garantir que os meios necessários estejam articulados e disponíveis para a realização dos objetivos previstos (YARGER, 2006).

Para a estratégia naval, a situação é mais complicada. Uma marinha apenas se constrói no longo prazo. Para conceber, construir e testar um novo navio de guerra, bem como para formar e adestrar tripulações, são precisos dez anos, no mínimo. Ainda, a condição operativa de um navio de guerra deverá ser restabelecida e atualizada a cada dez anos. É necessária uma política de Estado, e não de governo, para a construção naval em longo prazo e uma base industrial e de pesquisa que forneçam navios, aeronaves, armas etc., em tempo hábil, a fim de que não haja lacunas em termos de capacidades militares, mesmo que não haja previsibilidade de conflitos, o que é impossível de afirmar (WEDIN, 2015).

Nesse contexto, além dos conhecimentos teóricos de estratégia de meios, quais ferramentas o estrategista poderia utilizar para solucionar ou mitigar o dilema entre priorização de recursos financeiros e a escassez de meios que permitiriam a estratégia formulada ser crível, viável e eficaz? Dessa forma, serão apresentados na próxima subseção alguns aspectos da teoria da Neurociência que poderiam ser aplicados nesta abordagem.

2.2 Aspectos da teoria da Neurociência

A Estratégia, mais do que qualquer outra ciência, utiliza-se de todas as disciplinas. Ela necessita das ciências exatas para avaliar sua base técnica; da Ciência Política devido ao seu íntimo vínculo com a política; da Economia, para avaliar seus meios; da História, para dela tirar as lições e os exemplos; da Sociologia, para pôr o conflito no seu contexto global; etc. (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Os estrategistas formulam a estratégia, mas a liderança política continua responsável pela decisão de executá-la ou não. Ademais, dado que os fins são determinados pela política, resta ao estrategista aderir àquela ou buscar mudanças (YARGER, 2006). Pela Ciência Política, verifica-se que o exercício do poder é diretamente vinculado à cultura de

determinado grupo social – uma vez que este estabelece aquilo que tem valor ou não naquela sociedade particular – e que os governantes não exercem o poder por si, mas que seu poder e sua função são exercidos por representação. Eles estão submetidos ao soberano – o rei no Estado absolutista e o povo no estado democrático (DIAS, 2013).

Dessa forma, compreende-se o motivo pelo qual Alfred Mahan (1840-1914) ressaltava a importância do caráter do governo, dentre suas seis principais condições⁴ que afetam o poder marítimo dos Estados, e sugeria que a preocupação governamental não era nada sem o devido suporte popular. O apoio de um povo livre era o verdadeiro e perene impulsionador para a criação de grandes marinhas, diferentemente do apoio de um governo despótico que poderia deixar de existir após a morte de seu governante (MAHAN, 1918).

Nesse contexto, os recursos intangíveis são um problema para o estrategista, pois muitas vezes não são mensuráveis ou são voláteis. A vontade nacional em uma democracia é certamente um recurso essencial, particularmente em uma estratégia de longo prazo. Porém, para o estrategista, ela está mais apta a precisar de criação e sustentação do que de ser dada e confiável (YARGER, 2006).

Isto posto, de todas as disciplinas que atualmente têm implicações para a Estratégia, destaca-se a contribuição da Neurociência (CAMISÓN, 2021), uma ciência interdisciplinar que estuda o sistema nervoso humano, buscando a associação de um estado mental à ativação de uma região cerebral (ASCHER *et al.*, 2018).

A Neurociência cresceu a partir de 1992, quando a ressonância magnética funcional (*Functional Magnetic Resonance Imaging - FMRI*) foi usada pela primeira vez para mapear as atividades do cérebro humano. Desde então, o ritmo dos desenvolvimentos é

⁴ As seis principais condições mahanianas que afetam o poder marítimo das nações foram enumerados da seguinte forma: I. Posição Geográfica; II. Conformação Física; III. Extensão do Território; IV. Tamanho da População; V. Caráter do Povo e VI. Caráter do Governo e Instituições (Mahan, 1918, p. 28-29).

surpreendente, sendo facilitado pelas modernas técnicas de imagem (HUNTER, 2017).

Os neurocientistas dividem o cérebro em três regiões básicas, de acordo com suas funções, fisiologia e desenvolvimento evolutivo. A região mais primitiva e presente em todas as criaturas vertebradas é o "cérebro reptiliano", responsável pelas funções de sobrevivência básicas – como alimentação, respiração, batimento cardíaco – e também pelas versões primitivas das emoções de medo e agressividade que motivam os instintos de lutar ou de fugir (MLODINOW, 2014). Seus principais estímulos são pela reprodução e pela sobrevivência. Ele é responsável pelas decisões por impulso – as inconscientes –, pelos instintos e pelas reações automáticas. Logo, ele é importante no processo de tomada de decisão (PERUZZO, 2018).

A segunda região, que todos os mamíferos têm, é o sistema límbico. Mais sofisticada, ela é fonte dos comportamentos sociais, ou seja, da percepção social inconsciente. Sua participação no processo de decisão se dá por ela ser responsável pelas emoções, pelos sentimentos, pelos estados emocionais positivos e negativos, pela satisfação e pela insatisfação (PERUZZO, 2018).

O neocórtex, a terceira região, forma a maior parte do cérebro. Exclusivo dos humanos, ele consiste em seis camadas – sendo cinco interligadas por células nervosas – e em diferentes partes – os lobos ou lóbulos – que desempenham diferentes funções (MLODINOW, 2014). O neocórtex é responsável pelo consciente, pelas análises, pelo raciocínio, pelo juízo de valor, pelas avaliações, pela capacidade de escolha, pelas justificativas, pela linguagem, pela criatividade, pela previsibilidade e pela genialidade, participando diretamente num processo decisório (PERUZZO, 2018).

As fronteiras entre os campos da Neurociência não são totalmente claras, havendo a necessidade de unificação com outras disciplinas, para uma visão completa da

relação causa-efeito. De antemão, cabe destacar que o atual emprego do termo “Neuroestratégia” se refere à confluência de dois importantes campos da ciência: a Neurociência e a Gestão Estratégica Empresarial – que se concentra na visão econômica de uma empresa (ASCHER *et al.*, 2018), o que não seria totalmente aplicável a este estudo.

Todavia, os avanços na compreensão da complexa rede de interconexões entre a linguagem do cérebro e da mente expandiram radicalmente as fronteiras do conhecimento neurocientífico. Há amplos benefícios da pesquisa neurocientífica sobre tomada de decisão e sobre o papel desempenhado pelas emoções, gestos e símbolos, processamento semântico, interações humanas e conexões neuronais, dando grande relevância ao conhecimento do cérebro humano. A pesquisa neurocientífica aplicada ao comportamento humano pode, assim, ser vista como fornecedora de ideias profundamente inovadoras, heterodoxas e até radicais, e pode também dar origem a novas abordagens e métodos a fim de desvendar o processo decisório humano (CAMISÓN,2021).

A Neurociência Cognitiva Comportamental ou Neuropsicologia é um campo interdisciplinar que reúne neurocientistas, economistas e psicólogos, aplicando teorias e métodos da Neurociência Comportamental, principalmente, para compreender os fundamentos biológicos da tomada de decisão. Ela pode ajudar a identificar dificuldades do processo racional de resolução de problemas de informação, percepção e seleção de estratégias por meio do estudo dos fundamentos neuronais e psicológicos para os comportamentos dos decisores estratégicos e a tomada de decisões (CAMISÓN,2021).

A Psicologia Evolucionista explica que há um sistema duplo de estados mentais: o consciente e o inconsciente, ou instinto. Enquanto o consciente poderia ser considerado opcional, nenhum animal poderia existir sem um inconsciente. O trabalho feito pelo inconsciente é crucial para o mecanismo evolutivo de sobrevivência. Percepção sensorial,

capacidade de memória, julgamentos, decisões e atividades do dia a dia parecem não exigir esforço, porque tal demanda é imposta sobretudo a partes do cérebro que funcionam fora do plano da consciência. Dispomos de uma vida inconsciente, rica e ativa, que funciona em paralelo aos pensamentos e sentimentos conscientes e exerce um poderoso efeito sobre eles. Cientistas estimam que os humanos têm consciência de cerca de 5% da função cognitiva. Os outros 95% vão para além da consciência e exercem enorme influência na vida, inclusive nas decisões (MLODINOW, 2014).

Os neurocientistas decidiram estudar essa combinação de consciência e inconsciência e sua influência, o que é essencial para o entendimento do comportamento humano de decisão e escolha (MLODINOW, 2014). Em condições de incerteza, as pessoas não tomam decisões baseadas na probabilidade de maiores ganhos, mas guiadas por uma série de heurísticas, que são atalhos cognitivos baseados em vieses, ou seja, preconceitos irracionais – experiências e limitações – que influenciam as preferências de tomada de decisão dos indivíduos, como as escolhas econômicas e financeiras. Elas incluem aversão à perda e ao custo irrecuperável (CAMISÓN, 2021).

Devido a uma reação do cérebro reptiliano ao instinto de sobrevivência, o foco prioritário do ser humano é evitar a "dor" – problema, escassez, necessidades, perda de oportunidades etc. A dor e o prazer são a base para a tomada de decisões, as formas mais eficazes de persuasão. Ao mencionar possibilidades de prazer, ganhos, recompensas ou vantagens, um gatilho mental automático fará com que uma proposta pareça ser mais atraente. Ao associar probabilidades de dor, perda, sofrimento, punição e desvantagem à escolha de outras opções ou à perda de uma oportunidade ao adiar uma decisão, outro impulso acelerará a decisão para evitá-las (RODRIGUES-LIMA, 2017).

Entretanto, o medo da perda é mais forte do que o prazer do ganho. O apelo ao

medo, como uma forma de dor, pode ser empregado para estimular a outra parte a identificar inconscientemente os riscos e as consequências negativas por não aceitar uma oportunidade ou uma proposta feita (RODRIGUES-LIMA, 2017).

Os conhecimentos emergentes da Neurociência também têm grande potencial em aplicações militares em áreas tradicionais, como aprendizado, tomada de decisões e desempenho sob estresse, bem como em novas áreas, como aptidão cognitiva, interfaces cérebro-computador e marcadores biológicos de estados neurais. Porém a Neurociência Militar também tem enorme relevância para os tipos de conflitos que provavelmente definirão a guerra no século XXI, do nível tático ao político-estratégico (KRISHNAN, 2017).

Nas guerras do passado, os principais objetivos eram a ocupação de território e a destruição de forças inimigas. Nas guerras do futuro, o principal objetivo/alvo da ação militar será a influência e o controle de grandes populações, o que valoriza a manipulação sócio-política e psicológica. Em tais conflitos, a Neurociência Militar pode fazer uma enorme diferença uma vez que pode ser empregada para a mobilização política e militar e para a realização de operações psicológicas e de informação (KRISHNAN, 2017).

Uma área para as quais a Neurociência pode contribuir é a preparação psicológica das Forças Armadas (FFAA) e da população para guerra, ajudando a melhorar a propaganda e a fortalecer o moral, que é fundamental para sustentar a vontade política nas democracias. Logo, há muitas maneiras pelas quais a Neurociência pode ajudar a manipular percepções, emoções e a vontade política, podendo haver populações psicologicamente influenciadas a seguir determinadas políticas governamentais (KRISHNAN, 2017).

2.3 Análise

Nesse ponto do estudo, verificou-se que o estrategista deve observar os

aspectos teóricos ao formular sua estratégia, principalmente a simbiótica relação dos componentes da lógica estratégica – fins, métodos e meios. Nela, os meios desempenham um papel fundamental por serem condicionante dos métodos e dos fins. Por outro lado, os fins são determinados pela política, que deve, por meio de objetivos, apontar o adversário a se contrapor, a fim de que o estrategista prepare os meios necessários – pela estratégia de meios – e escolha o método apropriado a ser empregado – pela estratégia operacional.

Nesse contexto, numa estratégia naval, a dificuldade de preparo dos meios é maior devido à exigência de variados tipos de plataformas navais, aos seus elevados custos e ao longo tempo para disponibilizá-los. Tudo isso, corrobora com a importância da estratégia de meios na qual a vontade nacional é um pilar para o investimento de recurso financeiro, a fim de evitar a falta daqueles quando for necessário empregá-los.

Nesse aspecto, verificou-se que a Neurociência, com sua recente e revolucionária evolução, vem contribuindo para outras áreas do conhecimento. Assim, o estudo do cérebro humano e do inconsciente pode render diversas aplicações militares, inclusive na Estratégia. Pela Neurociência Comportamental, verificou-se que o instinto de aversão à dor, à ameaça e ao risco tem um preponderante papel nos processos de priorização e de tomada de decisões, o que poderia ser usado como uma ferramenta numa dialética de persuasão.

Destacado pela Neurociência, o fato de o medo da perda irreparável ser mais forte do que o prazer do ganho permite compreender o motivo pelo qual um agressor se preocupa mais com os riscos, ao enfrentar uma dissuasão nuclear, do que com a probabilidade de ganho, diante de uma dissuasão convencional; e a elevada influência da percepção do risco da ameaça – pela sociedade – na criação e na sustentação de uma vontade nacional apoiadora da implementação uma dada estratégia formulada, corroborando os aspectos teóricos da Estratégia.

3 A ESTRATÉGIA NAVAL DE MEIOS RUSSA

Esse capítulo tem como propósito apresentar a estratégia naval de meios russa, desde a sua formulação até a eficiência da sua implementação. Tentar-se-á identificar os aspectos teóricos de Estratégia e de Neurociência apresentados no capítulo anterior, analisando as variáveis de pesquisa anteriormente citadas. Serão apresentados os aspectos dos documentos estratégicos russos e da vontade nacional – política e popular –, a fim de identificar coerência ou não com os aspectos teóricos. Posteriormente, a estratégia operacional e a de meios e as consequências de suas implementações.

3.1 Os documentos estratégicos russos e a vontade nacional

Além da constituição, os assuntos oficiais de segurança da Rússia são abordados em seus documentos estratégicos, destacando-se a DM [b]-2014, a ESN-2021, o CPE-2016, a PDN-2020, a DM [a]-2022 e a EN-2017. Eles traçam uma ampla estrutura hierárquica de formulação de políticas (GÜLER; SHAKIROVA, 2021).

A ESN-2021 se destaca como um documento orientador para o processo de planejamento da política de segurança e reflete a posição do Estado em várias questões (BILANISHVILI, 2021), como o fortalecimento da Defesa, a integridade interna e a estabilidade política, a modernização da economia e o desenvolvimento industrial (GÜLER; SHAKIROVA, 2021). Por lei⁵, a ESN deve ser atualizada a cada seis anos (BILANISHVILI, 2021).

A DM [b] – 2014 leva em consideração a ESN, o CPE e outros documentos. Ela representa o ponto de vista do Estado sobre a Defesa e seu preparo e contém as principais disposições da política militar e do apoio econômico-militar. Contempla a análise de riscos e

⁵ Lei Federal de Planejamento Estratégico da Federação da Rússia, adotada em 2014 (BILANISHVILI, 2021).

ameaças, as atividades de dissuasão estratégica – nuclear e não nuclear – e o emprego e as principais tarefas das FFAA, outras tropas e órgãos (RÚSSIA, 2014).

O CPE-2016, por sua vez, observa a ESN, a DM e outros documentos estratégicos. Ele é uma descrição sistêmica dos princípios básicos, prioridades, metas e objetivos da política externa da Federação da Rússia (RÚSSIA, 2016).

Já a PDN-2020 é um documento de planejamento estratégico na área de Defesa que reflete os princípios e a visão oficial sobre a dissuasão nuclear, identifica os riscos e ameaças militares a serem neutralizados por ela e apresenta as condições para o uso de armas nucleares (RÚSSIA, 2020).

A DM [a] – 2022 explicita a política marítima russa. Ela aponta riscos, ameaças, objetivos, conceitos (RÚSSIA, 2022). Por fim, a EN-2017 é um documento de planejamento estratégico, decorrentes de todos os anteriores, que determina as metas, objetivos, áreas prioritárias e mecanismos para sua implementação, bem como o papel, as capacidades e meios da Marinha e dos Serviços Federais de Segurança⁶ (RÚSSIA, 2017).

Os documentos estratégicos avaliam o ambiente e identificam os seguintes aspectos, dentre outros: criação de um sistema policêntrico e a redistribuição de influência para novos centros, enquanto os Estados ocidentais tentam preservar suas posições (RÚSSIA, 2014, 2016, 2021); falência do sistema de segurança internacional em garantir igualdade de segurança; aumento do uso da força; aumento da competição global (RÚSSIA, 2014, 2016) e da disputa por recursos estratégicos; crescentes ameaças transfronteiriças (RÚSSIA, 2016, 2017, 2022); dependência de tecnologias importadas (RÚSSIA, 2021); concorrência

⁶ Na Rússia, as operações navais não competem somente à Marinha, mas também a outras agências Serviços do Estado. A Marinha, como um ramo das Forças Armadas, destina-se a garantir a defesa dos interesses nacionais para manter a estabilidade militar e política e dissuadir uma agressão, enquanto a proteção de fronteiras, dos recursos marinhos e dos interesses nas suas áreas marítimas fica a cargo das agências do Serviço Federal de Segurança (RÚSSIA, 2017, p.3).

econômica desleal com imposição de restrições injustificadas e discriminatórias (RÚSSIA, 2016, 2021); presença naval das principais potências – possuidoras de capacidades navais significativas e de extensa rede de instalações militares – em áreas vitais e da aspiração a controlar linhas de comunicações marítimas estratégicas (RÚSSIA, 2017, 2022).

A Rússia considera que, apesar de a ocorrência de uma guerra em larga escala contra ela ser menos provável, os riscos estão aumentando em várias áreas e sendo transferidos para o domínio da informação e para a esfera interna do Estado (RÚSSIA, 2014). Os principais riscos internos são: atividades destinadas a desestabilizar a situação política e social interna; atividades de informação subversiva contra sua população, especialmente os jovens, visando minar as tradições patrióticas; e atividades terroristas (RÚSSIA, 2014).

Já os principais riscos externos são: expansão da União Europeia (UE) (RÚSSIA, 2016); aumento de Estados membros e do poder da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aproximando sua infraestrutura militar das fronteiras russas (RÚSSIA, 2014, 2016, 2020, 2021, 2022); implementação do conceito de ataque global⁷ e de sistemas estratégicos não nucleares de armas de alta precisão (RÚSSIA, 2014, 2017); acúmulo de contingentes militares estrangeiros em territórios contíguos e águas adjacentes; estabelecimento e implantação de sistemas de defesa antimísseis; intenção de colocar armas no espaço sideral (RÚSSIA, 2014, 2016); reivindicações territoriais contra a Rússia (RÚSSIA, 2014, 2016, 2017); uso da informação e da comunicação para fins político-militares, inclusive por corporações transnacionais (RÚSSIA, 2014, 2021), e de operações especiais subversivas contra a Rússia; estabelecimento de regimes, nos Estados contíguos, cujas

⁷ Programa dos Estados Unidos da América para desenvolver uma capacidade de ataque rápido com ogivas convencionais, por meio de mísseis hipersônicos – anulando a capacidade de defesa antiaérea do inimigo – de alta precisão e de alcance intermediário ou longo, para que pudessem atacar alvos em todo o mundo em menos de uma hora, mantendo armas direcionadas contra alvos críticos selecionados (WOOLF, 2021, p. 2-3).

políticas ameacem os interesses russos (RÚSSIA, 2014); aspiração de alguns Estados, principalmente os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados, de dominar os oceanos, incluindo o Ártico, e de alcançar a esmagadora superioridade de suas forças navais; e o aumento do número de Estados que possuem marinhas poderosas (RÚSSIA, 2017, 2022).

Os EUA e alguns de seus aliados da OTAN são oficialmente classificados como hostis (RÚSSIA, 2021, 2022). Desde as últimas décadas, a Rússia está preocupada com a aproximação daquela aliança militar ocidental – vista como uma ferramenta persistente do domínio dos EUA na Europa e uma organização hostil à sua existência – e da UE – vista como um passo para a posterior adesão à OTAN. A adesão de seus Estados fronteiriços à OTAN remove a profundidade estratégica russa e possibilita a transformação daqueles novos aliados em potenciais plataformas de ataques (KERRANE, 2020; RÚSSIA, 2022).

Dentro de um paradigma realista defensivo de manter o *status quo*, a maioria dos Estados simplesmente busca a sobrevivência enquanto defende seus interesses vitais, ou seja, busca segurança e se preocupa com os ganhos relativos de um rival. Assim, a percepção russa tem foco no medo lógico dos ganhos relativos da OTAN em termos de crescimento, aproximação e aumento das potenciais capacidades ofensivas (KERRANE, 2020).

Dessa forma, no que tange à percepção popular, o principal sentimento nacional russo é a insegurança, advinda, principalmente, do temor de uma invasão a oeste (KAPLAN, 2012). A percepção de conflito é permanente e prolongada, estando a Rússia a se preparar para uma guerra cotidianamente, empregando todos os instrumentos do poder estatal para ampliar sua segurança e seus interesses. Desde 2009, os documentos russos sobre segurança foram planos para "mobilizar" todo o Estado para um conflito (BLANK, 2017).

Somado a isso, a moral e os aspectos éticos são colocados no centro da ESN, em que os valores tradicionais russos são meticulosamente elaborados (RÚSSIA, 2014). Os

documentos estratégicos consideram que tais valores estão ameaçados pela ocidentalização que visa privar a Rússia de sua soberania cultural (RÚSSIA, 2014, 2021).

Estrategistas russos consideram que forças externas interessadas na captura de recursos geopolíticos usam a informação como arma mental, buscando a individualização, a exclusão da população de sua tradicional comunhão confessional e cultural, a fim de desenvolver uma gradual indiferença ao destino do Estado (KARYAKIN, 2013). Assim, a identidade nacional e cultural de um povo já se tornou campo de batalha, travada constantemente entre e dentro dos estados para diversos propósitos (BLANK, 2013).

Por outro lado, imputa-se ao governo russo a realização de operações psicológicas na sua própria população para aplicar uma política diversionista – por meio de eventos e narrativas inventadas – destinada a culpar o Ocidente pelos problemas econômicos reais, a fim de direcionar a raiva pública a uma imaginada ameaça externa e angariar o apoio da população ao seu governante (KRISHNAN, 2017).

Compreendida a mentalidade de segurança que permeia os russos, faz-se necessário abordar os objetivos. Dentre as prioridades nacionais estratégicas da Rússia estão: proteção do povo; segurança do Estado e de seus cidadãos; segurança informacional (RÚSSIA, 2016, 2021, 2022); proteção da tradição moral e valores éticos russos, de sua cultura e patrimônio histórico (RÚSSIA, 2021); consolidação da posição da Rússia como centro de influência no mundo (RÚSSIA, 2016); resistência às tentativas de alguns Estados de alcançar superioridade militar por meio da implantação de sistemas estratégicos de defesa antimísseis, da colocação de armas no espaço sideral ou da implantação de sistemas estratégicos de armas não nucleares de alta precisão (RÚSSIA, 2014).

Ainda, a EN-2017 apresenta, dentre outros, os seguintes objetivos: manutenção das capacidades navais em um nível que garanta a dissuasão; garantia da prontidão

constante da Marinha; controle e operação de linhas marítimas de comunicação; aumento da eficácia da defesa e da proteção da sua fronteira no mar; e cobertura regular das operações navais da Federação da Rússia nos meios de comunicação de massa (RÚSSIA, 2017).

3.2 A estratégia operacional e a estratégia de meio russas

A estratégia operacional da Federação da Rússia é centrada na dissuasão de uma potencial agressão, o que é assegurada por toda sua força militar, incluindo suas armas nucleares (RÚSSIA, 2020). Com sistemas de dissuasão nuclear e não nuclear⁸, a Rússia prevê o emprego de armas convencionais de alta precisão em sua estratégia. Porém a Rússia se reserva o direito de empregar armas nucleares em resposta a um ataque com este tipo de armas ou com armas de destruição em massa, bem como a uma agressão com o uso de armas convencionais quando sua existência estiver ameaçada (RÚSSIA, 2014).

Nesse contexto, importa citar um trecho do CPE-2013 – versão anterior – a fim de apresentar como a dissuasão nuclear é valiosa para a estratégia daquele Estado:

No contexto da criação de um sistema global de defesa antimísseis pelos EUA, a Rússia buscará consistentemente garantias legais de que não será direcionado contra as forças russas de dissuasão nuclear (RÚSSIA, 2013, p. 70, tradução do autor).⁹

A política de dissuasão nuclear russa é defensiva por natureza, sendo o uso de armas nucleares previsto como uma medida extrema e obrigatória (RÚSSIA, 2020), cuja decisão é tomada pelo Presidente (RÚSSIA, 2014, 2020). As forças russas de dissuasão nuclear incluem forças nucleares terrestres, marítimas e aéreas (RÚSSIA, 2020).

⁸ O sistema de dissuasão não nuclear russo é um complexo de política externa, medidas militares e técnico-militares destinadas a prevenir a agressão contra a Rússia por meios não nucleares (RÚSSIA, 2014, p.4).

⁹ No original: *“In the context of the creation of a global missile defense system by the USA, Russia will consistently seek legal guarantees that it will not be directed against Russian nuclear deterrent forces.”*

Nesse contexto, a Marinha é um dos instrumentos mais eficazes de dissuasão estratégica – nuclear e não nuclear – por possuir uma grande prontidão para ações e uma capacidade de implementar o seu potencial de combate em praticamente qualquer área do mundo, de implantar rapidamente grupos expedicionários navais e de permanecer por um longo período. Com o desenvolvimento de armas de alta precisão, a Marinha tem um objetivo qualitativamente novo: a destruição do potencial militar e econômico do inimigo, atacando suas instalações vitais a partir do mar. A posse de um número suficiente de armas de alta precisão e as diferentes maneiras de usá-las garantem a dissuasão (RÚSSIA, 2017).

A Rússia considera que ela é uma grande potência marítima e que somente uma Marinha forte garantirá uma posição de liderança em um mundo multipolar no século XXI, bem como permitirá que o Estado implemente e proteja os seus interesses nacionais. Assim, além de outros objetivos, como o desenvolvimento das estruturas do complexo militar-industrial, a prioridade da EN-2017 é o desenvolvimento e a manutenção das capacidades operacionais e de combate da Marinha para lhe assegurar uma das posições de liderança, evitar a superioridade exclusiva da Marinha dos EUA e de outras potências marítimas e garantir a segunda maior capacidade de combate do mundo (RÚSSIA, 2017, 2022).

Nesse sentido, a estratégia de meios navais russa previa a modernização e o desenvolvimento das forças navais buscando estabelecer uma estrutura equilibrada, manter o potencial de combate das forças nucleares navais em alto nível e estabelecer uma força convencional qualitativamente nova. Para tanto, as prioridades no médio e longo prazo são: modernizar e manter as forças nucleares, como os submarinos lançadores de mísseis balísticos; desenvolver grupos-tarefa e tropas para a dissuasão não nuclear em várias áreas estratégicas; e desenvolver o potencial de combate com a construção e modernização de submarinos nucleares e convencionais multifuncionais, navios de superfície multipropósito,

aeronaves navais, ecranoplanos¹⁰, um porta-aviões e modernos navios de superfície. As armas primárias da Marinha até 2025 serão mísseis de cruzeiro de alta precisão e de longo alcance. Após 2025, mísseis hipersônicos e vários sistemas e plataformas autônomos, incluindo veículos submarinos não tripulados (RÚSSIA, 2017).

Para suportar tal projeto naval, uma das principais tarefas da Política Militar é desenvolver a organização militar das FFAA, ou seja, garantir que a atualização da sua estrutura, da composição, da força, das armas e dos equipamentos corresponda às ameaças militares potenciais, à substância e natureza dos conflitos militares, às suas tarefas, bem como às condições políticas, socioeconômicas, técnico-militares e demográficas e às capacidades da Rússia. Tal tarefa deve ter em conta a dotação suficiente de recursos financeiros, físicos e outros (RÚSSIA, 2014).

O preparo das FFAA com armamento e equipamento militar está previsto no Programa Estatal de Armas (PEA) e outros programas nacionais (RÚSSIA, 2014). O PEA é um documento classificado cujas análises são feitas com base em evidências de domínio público. Ele estabelece planos para aquisição de novas armas, para modernização e reparo de equipamentos militares existentes e para pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos sistemas para as FFAA e outras agências. Ele é elaborado para um período de dez anos, aprovado pelo Presidente e atualizado a cada cinco anos. As intenções de aquisição são definidas em detalhes apenas para os primeiros cinco anos, com o segundo período apresentando apenas prioridades gerais (*NAVY RECOGNITION*, 2019).

O programa anterior, PEA-2020, previa vultosas aquisições para as FFAA russas com a meta ambiciosa de que 70% dos equipamentos deveriam ser modernos até 2020, o

¹⁰ Ecranoplano é um tipo de aeronave projetado para voar, sem ser detectado pelos radares inimigos, a poucos metros de altura sobre uma superfície plana, geralmente aquática, aproveitando o chamado efeito solo – um fenômeno aerodinâmico que permite que ele flutue devido a um "colchão" de ar que é formado entre a asa e o solo (*SACONI*, 2022).

que impulsionou a indústria de defesa na última década (DAHL; OLSSON, 2021). A meta foi atingida, segundo o Ministério da Defesa (MD) russo, e os gastos militares começaram a ser moderados (OLSSON *et al.*, 2020) (APÊNDICE A). Porém, até 2020, a Marinha havia recebido apenas 33% das fragatas e 20% das corvetas previstas no PEA-2020. Isso foi consequência de várias deficiências no setor marítimo russo (KAUSHAL, 2022), apesar de cerca de um quarto do gasto do PEA-2020 ter sido destinado à construção naval (POLMAR; KOFMAN, 2017).

Estima-se que, até 2017, os gastos do PEA-2020 excederam de 50 a 60% dos 19 trilhões de rublos russos originalmente alocados. Assim, o programa mais recente – PEA-2027 –, com orçamento de Defesa dividido em outros 19 trilhões de rublos para o MD, um trilhão para a indústria de defesa e três trilhões para outros Serviços de Segurança (KOFMAN, 2018), seria economicamente sustentável, especialmente se forem mantidos o crescimento econômico em 2% ao ano ou mais, a quota de Defesa em cerca de 3% do PIB e a quota do MD em 55% da Defesa. Logo, o PEA-2027 continua a transição de um processo intensivo de renovação – após quase duas décadas de falta de novos equipamentos – para um processo mais normal de renovação contínua (NAVY RECOGNITION, 2019).

Assim, o PEA-2027 é mais modesto, mais focado e provavelmente mais exequível (DAHL; OLSSON, 2021), concentrando-se na aquisição em larga escala de munições guiadas com precisão, mísseis de cruzeiro de longo alcance, aviação de transporte, modernização de bombardeiros, expansão de artilharia, blindagem e mísseis nas forças terrestres, drones mais capazes e tecnologia de próxima geração, como armas hipersônicas (KOFMAN, 2018). Assim, enquanto o PEA-2020 era focado em forças aéreas e navais, o PEA-2027 prioriza as forças terrestres (DAHL; OLSSON, 2021). Para a Marinha, a primeira prioridade no PEA-2027 é continuar a renovação de submarinos nucleares estratégicos. Também manterá o foco na construção das fragatas classe *Almirante Gorshkov* e de submarinos convencionais, que

também tiveram atrasos (*NAVY RECOGNITION*, 2019).

Os navios de superfície na Marinha Russa são uma mistura de meios projetados principalmente na época do *Almirante Gorshkov*¹¹ e construídos na década de 1980 e no início da de 1990 (POLMAR; KOFMAN, 2017). Durante os anos 2000, a Marinha Russa descomissionou cerca de 20% dos meios navais, reduzindo, notadamente, a sua grande frota de submarinos nucleares (OLSSON *et al.*, 2020). Ela ainda tem navios capitais – o porta-aviões *Kuznetsov* e cruzadores de batalha – cruzadores de mísseis guiados, destróieres, grandes navios antissubmarinos e os antigos navios anfíbios, que permanecem em serviço mediante extensões de vida e modernização. Navios menores – fragatas das classes *Neustrashimyy* e *Krivak* e das novas das classes *Almirante Gorshkov* e *Almirante Grigorovich*, cerca de 60 corvetas, navios-patrolha e missileiras – completam as atuais forças de superfície (POLMAR; KOFMAN, 2017).

A restauração da força de superfície encontrou dificuldades, pois indústrias importantes e cerca da metade dos estaleiros que construía navios de guerra ficaram fora da Rússia após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1991) (URSS) (POLMAR; KOFMAN, 2017), como o estaleiro de construção de porta-aviões e a fábrica de turbina a gás em Nikolayev, na Ucrânia. Mas, significativamente, todos os quatro estaleiros de construção de submarinos ficaram dentro do território russo (KOFMAN; POLMAR, 2016).

As fraquezas do setor de construção naval russa têm sido visíveis mesmo na entrega de navios menores e menos complexos, e serão mais agudas se a Rússia perseguir grandes navios de superfície (KAUSHAL, 2022). Entretanto, ainda há setores competentes, como o de construção de submarinos que produz plataformas sofisticadas, sendo capazes de

¹¹ Refere-se às poderosas esquadras oceânicas idealizadas pelo Almirante Sergei Gorshkov, Comandante da Marinha de 1967 a 1985 (KOFMAN, 2017).

construir um submarino diesel-elétrico em dezoito meses (KOFMAN, 2018).

Ademais, equipamentos eletrônicos fornecidos por empresas ocidentais ficaram indisponíveis devido às sanções impostas após a anexação russa da Crimeia (KOFMAN; POLMAR, 2016). Elas também geraram o corte do fornecimento de motores diesel alemães MTU para algumas corvetas, forçando uma substituição por motores domésticos menos confiáveis. A Rússia também dependia da Ucrânia para o fornecimento de turbinas a gás para propulsão de grandes navios, o que gerou atrasos (KOFMAN, 2017). Entretanto, a Rússia mostrou superação, pois desenvolveu a produção doméstica de turbinas à gás, embora com limitações, na empresa *Rybinsk Saturn* (NAVY RECOGNITION, 2019), dotou suas fragatas da classe *Gorshkov* com sofisticados equipamentos e ainda foi a pioneira no lançamento de mísseis de cruzeiro hipersônicos por seus navios (KAUSHAL, 2022).

Entretanto, a posse e a reforma dos antigos e grandes navios podem se tornar cada vez mais difíceis pelo limitado número de estaleiros que podem suportar seus reparos (KAUSHAL, 2022). Porém, a Marinha Russa ainda depende desses navios, já que a construção naval demorou a se recuperar após a dissolução da URSS. As novas classes de navios começaram a entrar em serviço somente no fim dos anos 2000 (OLSSON *et al.*, 2020).

Todavia, estima-se o desaparecimento da esquadra de grandes navios de superfície. A força de superfície da Rússia se tornará cada vez mais litorânea, construída em torno de meios menores – fragatas e corvetas equipadas com mísseis de cruzeiro – que operam perto das costas russas (KAUSHAL, 2022). Isso representa uma ruptura da filosofia de grandes navios especializados para projetos menores e multifuncionais, enfatizando a flexibilidade e o poder de fogo ofensivo de longo alcance (KOFMAN, 2017).

As atuais circunstâncias financeiras da Rússia afetarão ainda mais a capacidade de construção naval, visto que esses programas são custosos (KAUSHAL, 2022). Porém,

acredita-se que a sua Marinha aumentará o número total de navios (OLSSON *et al.*, 2020).

3.3 Análise

Neste capítulo, verificou-se que os documentos estratégicos da Rússia são inter-relacionados, coerentes entre si e subordinados à política por meio de uma estrutura hierárquica de conteúdo. Neles, ficam evidentes todos os aspectos da teoria da estratégia, como o paradigma – fins, métodos e meios –, a avaliação do ambiente e a determinação de riscos e ameaças. A partir dos seus objetivos, observou-se que os interesses nacionais russos compreendem as quatro categorias: sobrevivência, bem-estar econômico, participação na ordem mundial e preservação de valores nacionais.

As ameaças determinadas permitiram a definição de prioridade de método militar – a estratégia operacional de dissuasão nuclear – e de recursos – uma estratégia de meios que priorizou, desde a sua concepção, uma Marinha moderna. Assim, a estratégia de meios russa busca a modernização e o desenvolvimento dos meios, dependendo vultosos recursos financeiros, cuja decisão é apoiada pela vontade nacional, expressa pelos documentos políticos e estratégicos e pela consciência popular de seus riscos.

A estratégia naval de meios russa foi priorizada devido à importância da Marinha para a sua dissuasão estratégica, dada pelos submarinos nucleares em termo de mobilidade, ocultação e armamentos. Apesar das dificuldades estruturais encontradas, esta estratégia veio se superando, mesmo a custo financeiro mais alto do que o previsto inicialmente, o que demonstra a efetividade do planejamento – dada a observância dos preceitos teóricos da Estratégia – e, acima de tudo, o apoio da vontade nacional, uma vez que a população e as lideranças políticas têm a clara consciência do "inimigo", do medo e do risco, priorizando sua sobrevivência por meio da Defesa – o que observa os preceitos teóricos da Neurociência.

4 ESTRATÉGIA NAVAL DE MEIOS BRASILEIRA

À semelhança do capítulo anterior, este tem o propósito de apresentar os aspectos da estratégia naval de meios brasileira, analisando as variáveis de pesquisa. Nele, serão apresentados os aspectos dos documentos estratégicos brasileiros, da estratégia operacional, da estratégia de meios e da vontade nacional brasileiras e uma análise.

4.1 Os documentos estratégicos brasileiros

O Estado brasileiro considera que, observando os objetivos a serem atingidos pelo emprego do Poder Nacional¹² e o atendimento às necessidades prioritárias da sociedade, uma estratégia governamental situa-se em três áreas (BRASIL, 2020b): Desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais dos Estados; Diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes; e Defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis (BRASIL, 2020b, c). A Defesa e a Diplomacia, pela dissuasão e pela cooperação, são complementares, indissociáveis e importantes para a Soberania Nacional. A partir desse contexto, além da constituição, a Defesa Nacional é abordada em documentos oficiais como o LBDN, a PND, a END, e políticas e estratégias setoriais (BRASIL, 2020b).

Por uma sistemática¹³ própria, o Planejamento Estratégico Militar perpassa três níveis: o nacional, composto pelas mais altas autoridades do Estado; o setorial, pelo Ministério da Defesa (MD) e outros órgãos; e o subsetorial, pelas FFAA – a Marinha do Brasil (MB), o Exército Brasileiro (EB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) – (BRASIL, 2018c).

O LBDN contém dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais

¹² Poder Nacional é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais. Ele se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2020b).

¹³ Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (SPEM).

sobre as FFAA (BRASIL, 2010). Ele aborda a contextualização do ambiente estratégico; princípios básicos e objetivos do Estado; a missão, a organização e os meios do setor de Defesa¹⁴; planejamento; projetos; e informações de despesas orçamentárias de 2019 (BRASIL, 2020b). A PND e a END são elaboradas pelo mais alto escalão governamental, sob a coordenação do MD, apreciadas pelo Congresso Nacional, aprovadas pelo Presidente da República (BRASIL, 2018c) e revisados quadrienalmente (BRASIL, 2010, 2018c). Segundo as redes de comunicação eletrônica do MD¹⁵, estão em vigor a PND-2016 e a END-2016, sendo que a PND-2020 e a END-2020 foram encaminhadas para apreciação do Congresso Nacional desde 22 de julho de 2020 e disponibilizadas ao público (BRASIL, 2022c). Todavia, elas foram aprovadas pelo Senado Federal somente em 02 de junho de 2022; e, a partir daí, seguiriam ainda para a análise da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2022a).

A PND é a política de Estado que estabelece a postura nacional frente às ameaças prioritariamente externas e enfatiza as ações de caráter militar (BRASIL, 2018c). É o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de Defesa e aborda aspectos, como o contexto, os fundamentos básicos e a Concepção Política de Defesa. Ela se articula com as demais políticas nacionais (BRASIL, 2020b), harmonizando as iniciativas das expressões do Poder Nacional envolvidas com a Defesa e estabelecendo objetivos para o preparo e o emprego delas: os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) (BRASIL, 2020c).

A END é o documento que estabelece as ações para a consecução dos OND (BRASIL, 2020c), indicando as articulações e a interação necessárias (BRASIL, 2018c). Ela aborda a Concepção Estratégica de Defesa, os fundamentos, as Capacidades Nacionais de

¹⁴ Setor de Defesa é composto pelo MD e as três Forças Singulares – a MB, o EB e a FAB – (BRASIL, 2020b).

¹⁵ Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. As informações ou dados podem estar disponíveis temporariamente na rede de comunicação eletrônica publicada em 03/12/2013 e atualizada em 08/06/2022.

Defesa (CND)¹⁶, a Base Industrial de Defesa (BID)¹⁷, as ações de diplomacia e as Estratégias de Defesa (ED) e Ações Estratégicas de Defesa (AED) (BRASIL, 2020b).

Uma crítica comum a tais documentos de nível nacional seria que eles foram feitos "[...] de baixo para cima, [...] sem qualquer orientação emanada dos níveis mais altos: o Congresso e a Presidência da República" (BRICK, 2020, p.3), o que não permite avaliar sua exequibilidade orçamentária e sua aceitabilidade pela sociedade. Uma segunda crítica seria que, para ter legitimidade e propósito, deveria atender a objetivos políticos mais amplos do Estado, porém estes ainda não foram definidos pelo poder político (BRICK, 2020).

Nesse contexto, os documentos estratégicos brasileiros avaliam o ambiente caracterizando-o pelos seguintes aspectos, dentre outros: incertezas; esgotamento da ordem unipolar e surgimento de potências emergentes; nova distribuição mundial multipolar de poder (BRASIL, 2020b); crescimento do espectro do conflito entre as maiores potências e competição pela supremacia global; interdependência econômica mundial; conflitos de caráter étnico e religioso que geram grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas; disputas por áreas marítimas, pelo domínio espacial e por fontes de biodiversidade, de energia, de alimentos (BRASIL, 2020c), de água doce e de recursos minerais (BRASIL, 2020a, c); "ciberterrorismo" e o "bioterrorismo" (BRASIL, 2020a).

A partir da Concepção Política de Defesa e da análise do ambiente, foram estabelecidos os OND, dos quais se destacam: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; assegurar a capacidade de defesa; promover a autonomia

¹⁶ São exemplos de Capacidades de Defesa: Proteção, Pronta-resposta, Dissuasão, Coordenação e Controle, Gestão da Informação, Capacidade Logística, Mobilidade Estratégica, Mobilização e Desenvolvimento Tecnológico de Defesa. Em conjunto, elas permitem gerar efeito dissuasório frente a ameaças e preservar os interesses nacionais (BRASIL, 2020b, c).

¹⁷ A BID é o conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzem pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos de Defesa no Estado (BRASIL, 2020b, c).

tecnológica e produtiva na área de Defesa; preservar a coesão e unidade nacionais; ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional; e incrementar a projeção do Brasil nos processos decisórios internacionais (BRASIL, 2020b, c).

O planejamento no Nível Setorial tem por fim construir uma CND, orientando o preparo e o emprego das FFAA. Para tanto, é necessária a construção de um Cenário Militar de Defesa (CMD) e o levantamento das Capacidades Militares de Defesa (CapMD), utilizando cenários prospectivos de médio/longo prazo – doze/vinte anos. A Política Militar de Defesa (PMiD) e a Estratégia Militar de Defesa (EMiD), baseadas no CMD, são então elaboradas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA). Por sua vez, a Doutrina Militar de Defesa (DMD) é o documento que estabelece definições, conceitos e entendimentos relativos aos assuntos doutrinários e às atividades comuns das FFAA, auxiliando na compreensão da PMiD e da EMiD (BRASIL, 2018c).

A PMiD define os Objetivos Militares de Defesa (OMD) e orienta e condiciona as Forças quanto ao preparo e ao emprego delas. Visando à consecução dos OMD, a EMiD estabelece estratégias e ações estratégicas para as FFAA. Ela contém as hipóteses em que as Forças poderão ser empregadas – Hipóteses de Emprego (HE) –, que serão detalhadas nas Possibilidades de Atuação (PA) das FFAA. Uma ou mais HE poderão ser associadas a uma PA e cada HE poderá contemplar mais de uma PA. Todavia, as HE, devido ao seu caráter genérico, não especificam ameaças em particular (BRASIL, 2018c).

A Política Setorial de Defesa (PSD) é o documento que estabelece os objetivos possíveis de serem alcançados, em consonância com os limites orçamentários, ao implementar as estratégias previstas na END. Já a Estratégia Setorial de Defesa (ESD) é o documento que estabelece as Ações Setoriais de Defesa (ASD) a serem implementadas para a consecução dos objetivos estabelecidos na PSD (BRASIL, 2018c).

No Planejamento Estratégico Militar no Nível Subsetorial, as políticas, estratégias e os planos estratégicos de cada Força têm por finalidade construir a capacidade militar (BRASIL, 2018c). Nele está inserido o Planejamento de Alto Nível da Marinha, cujo propósito é a previsão e a ordenação das atividades da MB para o cumprimento da sua missão. Assim, na Sistemática de Planejamento de Alto Nível (SPAN) (BRASIL, 2020a), a PN-2019 estabelece os Objetivos Navais (OBNAV) a serem alcançados pela MB e orienta o PEM-2040, cujo cumprimento impõe a disponibilidade de forças navais aptas a atuarem em consonância com a magnitude político-estratégica e econômica do Brasil (BRASIL, 2019). O PEM apresenta as Estratégias e Ações Estratégicas, a fim de alcançar os OBNAV (BRASIL, 2020a).

4.2 A estratégia de meio, a estratégia operacional e a vontade nacional

No que tange à estratégia de meios, um projeto prioritário e comum às FFAA é o chamado de Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP), cujo propósito é obter uma elevada disponibilidade e confiabilidade dos equipamentos existentes por sua recuperação, revitalização e modernização e, até mesmo, sua substituição devido à obsolescência, sem ampliar a estrutura militar (BRASIL, 2020b).

Já o Plano de Articulação e de Equipamento das Forças Armadas (PAED) é o documento de nível setorial, elaborado pelo EMCFA e aprovado pelo MD, que contém os programas e projetos estratégicos para o processo de transformação das Forças, de forma a aprimorar o seu preparo¹⁸ e a implementar novas capacidades para enfrentar as ameaças identificadas nas PA (BRASIL, 2018c), e não apenas a modernização das capacidades

¹⁸ Entende-se por preparo as atividades de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina, pesquisas científicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização nacional. A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, estabelece que cabe aos Comandantes das Forças Singulares o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo MD (BRASIL, 2020b).

existentes. Três setores são considerados estratégicos: o nuclear, o cibernético e o espacial, sob a coordenação da MB, do EB e da FAB, respectivamente (BRASIL, 2020b).

Por as capacidades militares possuírem um ciclo de vida, tal processo é contínuo. Seus projetos necessitam dispor continuamente de recursos financeiros, integrando à programação orçamentária dos Planos Plurianuais da União (PPA). Assim, o PAED sofre revisões constantes, a fim de se adequar à conjuntura nacional e reavaliar seus projetos à luz do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), abordado adiante (BRASIL, 2020b).

Alinhado com o PAED, a Marinha desenvolveu o seu Plano de Articulação e de Equipamento (PAEMB) para a articulação, obtenção e modernização de meios e equipamentos, considerando as seguintes premissas, dentre outras: o setor nuclear, sob sua coordenação, é decisivo para a Defesa Nacional; a tarefa de negar o uso do mar ao inimigo orienta a estratégia marítima de defesa do Estado; a reconfiguração deve ser balanceada entre os meios de superfície, submarino, aeronaval e anfíbio; a Força será organizada em torno de capacidades; assegurar a capacidade de projeção de poder e ampliar a capacidade de controlar áreas marítimas e de negar o uso do mar (BRASIL, 2020b).

Nesse contexto, para assegurar a tarefa de negação do uso do mar, o Brasil contará com submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica e de propulsão nuclear (BRASIL, 2020c), assegurando mobilidade com ocultação. A maior velocidade e permanência do submarino com propulsão nuclear conferem-lhe uma mobilidade estratégica que maximizará a capacidade dissuasória e defensiva da MB (BRASIL, 2020a), ressaltando-se que todos os seus armamentos serão convencionais (BRASIL, 2020b). Assim, o Programa Nuclear da Marinha (PNM) é de caráter estratégico e possui dois projetos relativos ao reator do submarino: Ciclo do Combustível Nuclear e Planta Nuclear Embarcada (BRASIL, 2020a).

No que tange à estratégia operacional brasileira, ela é centrada na dissuasão

para inibir eventuais ameaças (BRASIL, 2020c), porém não nuclear, devido ao compromisso constitucional com o exclusivo uso pacífico dessa energia, reafirmado em instrumentos internacionais, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) (BRASIL, 2020b, c). Assim, a dissuasão é baseada na existência de uma estrutura militar com credibilidade e na disposição política de empregá-la. Caso a dissuasão seja custosa demais ou improvável de ser atingida, preparar a defesa é a melhor opção estratégica de emprego (BRASIL, 2007).

A MB entende que a dissuasão é possível somente com meios em quantidade e qualidade adequadas (BRASIL, 2020a) e é assegurada pela confiabilidade e credibilidade da Força (BRASIL, 2019). Ela atualmente possui, dentre outros meios, um Navio-Aeródromo Multipropósito, oito navios-escolta, três navios-anfíbios, cinco submarinos e cerca de 30 navios-patrolha (BRASIL, 2022b). Tais plataformas navais possuem idade média superior a 30 anos, estando a maioria próxima do fim de sua vida útil (FUOCO,2018).

Assim, o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval visa à obtenção de meios, como: cinco submarinos, sendo quatro de propulsão diesel-elétrica e um de propulsão nuclear, pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB); quatro Fragatas Classe Tamandaré; Navios-Patrolha Oceânicos e Navios-Patrolhas menores pelo programa PRONAPA; um Navio Aeródromo pelo programa PRONAE; além de aeronaves, sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e mísseis antinavio superfície de médio alcance pelo projeto MANSUP (BRASIL, 2020b).

Ademais, observa-se a dificuldade de uma mobilização industrial para desenvolver meios em uma situação de conflito, porque eles atualmente são muito complexos e demandam um tempo muito grande para desenvolvê-los, e a nítida perda da capacidade para construir e manter navios de guerra no Brasil. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro perdeu sua capacidade de construir fragatas, corvetas e submarinos (BRICK, 2020).

Ainda, a partir de 2014, a indústria naval sofreu forte declínio após sua maior demandante, a empresa petrolífera PETROBRAS, cancelar diversos projetos (OLIVEIRA, 2022).

Para suportar tais projetos de Defesa, os recursos orçamentários destinados ao Setor devem observar três princípios: estabilidade, regularidade e previsibilidade (BRASIL, 2020b). Esse é um dos pressupostos básicos da Defesa e sua busca, uma ação estratégica, a qual almeja a destinação de recursos orçamentários no patamar de 2% do PIB (BRASIL, 2020c), valor que não foi mais atingido desde 2001 e se mantém em 1,2% do PIB (SIPRI, 2022) (APÊNDICE B). A pressão orçamentária sobre o Estado, resultante de imensas demandas sociais, é cerceadora de recursos e qualquer melhora do quadro fiscal não corresponderá melhora diretamente proporcional no orçamento da Defesa (FLORES, 2000).

Entretanto, as ameaças de pouca consistência não são capazes de sensibilizar o poder político e a opinião pública e não compelem o Estado a suportar um aumento nos orçamentos militares (FLORES, 1980). Com exceção de sociedades militaristas, o dilema só é amenizado "[...] quando o sistema militar é configurado, organizado e dimensionado de tal forma que a sociedade e o poder político o entendam como racional à vista do presente e do futuro imaginável, sustentável sem sacrifícios penosos para o povo" (FLORES, 2000, p.18).

Considerar todas as possíveis ameaças, mesmo que de baixíssima probabilidade, levará à conclusão de que a defesa deve ser preparada considerando as ameaças mais fortes, ou seja, de que o planejamento para definir os meios deve considerar o pior caso (BRICK, 2020). Na inviabilidade de se preparar para todo o espectro, que seria inviável até para as maiores e mais ricas potências, há que se assumir responsabilidade e priorizar, tarefa que obviamente não é monopólio militar; é, aliás, mais política que militar (FLORES, 2000).

O Brasil vem aperfeiçoando a concepção de sua estrutura de Defesa, processo complexo e de longo prazo, pois contempla os estudos sobre as suas ameaças, o

desenvolvimento das potencialidades de todos os segmentos do Estado, a modernização dos equipamentos e a qualificação do seu capital humano (BRASIL, 2020c).

Nesse contexto, o PBC está sendo adotado, a fim de possibilitar a otimização dos recursos, tendo em vista as limitações financeiras, e desenvolver uma configuração de força adequada, analisando as opções de obtenção com base em cenários prospectivos (BRASIL, 2018c). Define-se PBC como um "[...] planejamento, diante de incertezas, para viabilizar a obtenção de recursos adequados para atender a uma ampla gama de desafios e circunstâncias existente nos dias de hoje, dentro de uma economia que demanda escolhas" (DAVIS, 2002, p. xi, tradução do autor¹⁹).

O PBC é uma metodologia muito independente do conhecimento prévio da existência de forças inimigas. É uma alternativa ao paradigma do Planejamento Baseado em Ameaças. Ele parte da definição de tarefas a serem executadas para enfrentar desafios mais amplos e, então, compara a capacidade das forças na execução dessas tarefas (DAVIS, 2002). Porém, como é impossível planejar adequados instrumentos de defesa sem considerar possíveis ameaças e tipos de enfrentamentos, ele busca estabelecer cenários e a natureza e as características de tais possíveis ameaças, a fim de definir as capacidades mais adequadas, diferente da prática anterior baseada em HE (BRICK, 2020).

Assim, os documentos estratégicos apontam que o Entorno Estratégico Brasileiro – área na qual o Brasil almeja aprofundar seus laços de cooperação, sob o ponto de vista da política externa (BRASIL, 2005), incluindo a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os Estados africanos lindeiros ao Atlântico Sul (BRASIL, 2019, 2020a, c) – detém significativas reservas de recursos naturais (BRASIL, 2019, 2020c). Assim, não se pode desconsiderar

¹⁹ No original: "*Capabilities-based planning (CPB) is planning, under uncertainty, to provide capabilities suitable for a wide range of modern-day challenges and circumstances while working within an economic framework that necessitates choice*".

possíveis tensões e crises naquela área e seus desdobramentos para o Brasil, podendo vir a contribuir para a solução de controvérsias ou defender seus interesses (BRASIL, 2020c).

Potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas (BRASIL, 2019, 2020c), inclusive, com a posse de territórios na região (BRASIL, 2019). (APÊNDICE C). "A presença de uma potência naval superior no Atlântico Sul, com capacidade de paralisar o tráfego marítimo, o abastecimento e o comércio brasileiro, representa uma ameaça à soberania nacional" (BRASIL, 2020a, p. 25). Sendo esperado que o Brasil almeje inserir-se cada vez mais no cenário internacional (BRASIL, 2020c), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) destaca o Brasil como ator regional e minimiza a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais (BRASIL, 2020a).

Entretanto, "diante de um futuro cada vez menos previsível, lidar com a incerteza passou a ser o desafio. O ambiente de indefinição se agrava quando não há um oponente claramente definido, que motive a sociedade para assuntos de Defesa" (BRASIL, 2014, p. 1-1). As ameaças são descritas pelos documentos brasileiros como possuidoras de um caráter difuso e mutante (BRASIL, 2014, 2018a, 2020c). Porém, não se pode cair no erro de acreditar que não se tenha inimigo. É o inimigo quem escolhe outrem e a este só resta lutar ou se submeter à vontade daquele (FREUND, 1995). A ideia de "pacifismo unilateral" dificulta a identificação de ameaças ao Brasil, o que também é insustentável diante da história da civilização. É preciso reconhecer que a veloz mutabilidade do mundo pode transformar com rapidez uma hipótese frágil em uma ameaça efetiva (FLORES, 1980).

Assim, é importante identificar as ameaças existentes ou potenciais e desenvolver uma mentalidade de defesa na sociedade brasileira (BRASIL, 2020a), já que esta, "[...] após longo período livre de conflitos externos, tem a percepção desvanecida das ameaças [...]" (BRASIL, 2020c, p.12). Ainda:

[...] a História comprova que, mesmo nos períodos dos dois grandes conflitos mundiais, a população e os dirigentes da Nação não percebiam ameaças ao nosso País, cujas fronteiras estavam há muito consolidadas. Não imaginavam e nem previam que o Brasil seria instado a participar dessas duas guerras, sofrendo ataques nas águas jurisdicionais brasileiras, além de ter que atuar em outros campos de batalha distantes do nosso continente. O ambiente de falta de percepção de ameaças reinante no Brasil, naquelas ocasiões, não permitiu uma adequada prontidão dos aparatos militares (BRASIL, 2020c, p.12).

Assim, "a sociedade brasileira deve ser alertada para a existência de ameaças aos interesses nacionais, reflexo, principalmente, da complexidade e do caráter multidisciplinar das relações internacionais" (BRASIL, 2019, p.17). A interação com a sociedade e, em especial, a articulação dos setores da Administração Pública Federal é essencial para a consecução dos objetivos e para o emprego mais racional das capacidades e potencialidades do Estado (BRASIL, 2020c). Não se pode acreditar que, diante de uma apatia política e social, os militares devam gerir sozinhos os assuntos de Defesa. Se o pensamento estratégico não se compatibilizar com a sensibilidade nacional, o insucesso é provável (FLORES, 2000). Nesse contexto, o EB é bem objetivo e enfático:

A opinião pública e a necessidade de comunicar – em uma sociedade cada vez mais dependente da informação, são de suma importância para a percepção que a população tem da realidade. Controlar a “narrativa” não é apenas comunicar bem, mas comunicar primeiro. A prioridade que a Defesa receberá na distribuição de recursos orçamentários é definida a partir da percepção que a sociedade tem quanto às ameaças reais e potenciais (BRASIL, 2014, p. 2-4).

Contribuem para o desenvolvimento da mentalidade de defesa, o Serviço Militar Obrigatório e a Comunicação Social (ComSoc). Esta última é empregada para esclarecer os tomadores de decisão e a opinião pública das atividades desempenhadas pelo Setor de Defesa, dando a visibilidade delas e a promoção de uma imagem fidedigna, real e legítima das FFAA (BRASIL, 2020c), ou seja, a divulgação institucional (BRASIL, 2021a, b).

Nesse sentido, a MB exerce um grande esforço divulgando uma grande área marítima sob jurisdição nacional, a "[...] Amazônia Azul", a fim de "sensibilizar a sociedade para a importância do mar e das águas interiores, por constituírem uma imensa fonte de

recursos naturais e de biodiversidade" (BRASIL, 2020a) (APÊNDICE D). Já a FAB considera fundamental a integração com a sociedade para "a justa valoração da Instituição, pela dificuldade de atribuir-se a devida importância a uma corporação dedicada exclusivamente à defesa da Pátria, em um cenário no qual não se percebe, no curto ou médio prazos, a necessidade do uso da força" (BRASIL, 2018a, p.14). Para a FAB, a criação de equipamentos de emprego dual, possível somente com expressivos investimentos em P&D, aproximará a sociedade das FFAA, legitimando suas crescentes demandas orçamentárias (BRASIL, 2018a).

Sendo a ComSoc um conjunto de atividades para influenciar a opinião pública, buscando a correta percepção da instituição e a sua aceitação, ela pode ser complementada por Operação Psicológica (OpPsc). A OpPsc atua na perspectiva cognitiva, particularmente nas emoções, na percepção, no raciocínio, nas motivações, nas atitudes e no comportamento dos públicos. Dentre suas aplicações estariam as de estimular e reforçar a dedicação dos públicos-alvo amigos/simpatizantes a uma dada causa; e ganhar o apoio dos neutros ou indecisos. As OpPsc têm a capacidade de desenvolver, dentre outras atividades: propaganda; contrapropaganda; e propostas na criação de temários, contribuindo com a ComSoc. Assim, ela representa uma importante ferramenta para potencializar as atividades militares e não militares em prol de uma campanha de informação (BRASIL, 2018b).

4.3 Análise

Neste capítulo, observou-se que dos quatro tipos de interesses nacionais, o de enaltecer ou projetar algum valor nacional não foi identificado nos documentos estratégicos brasileiros, diferentemente daqueles russos. Todavia, tais documentos guardam semelhança ao verificar que os brasileiros também obedecem ao referencial teórico de a estratégia de Defesa ser hierárquica e cumulativa. Entretanto, nos documentos brasileiros de Defesa, é

ferida a premissa de a política dominar a estratégia, pois: não há a participação intensiva do nível político na elaboração deles; não se concluiu, até hoje, a aprovação das revisões da PND e da END apresentadas em 2020; não se identificou documentos superiores, alheios à Defesa, que definam objetivos nacionais; e o orçamento anual de Defesa é aquém dos 2% do PIB apresentados em tais documentos. Em contrapartida, segundo a teoria, identificou-se documentos (PSD e ESD) que informam as possibilidades reais diante dos meios disponíveis.

No tocante à estratégia operacional, a brasileira também é centrada na dissuasão, porém, diferentemente da Rússia, é somente não nuclear, o que possui um efeito menor conforme a relação risco/ganho da Neurociência justifica. Tal estratégia e a premissa de negar o uso do mar a um inimigo orientam a estratégia naval de meios do Brasil, na qual se prioriza a construção de submarinos convencionais de propulsão nuclear.

Por outro lado, diferentemente da russa, a dificuldade brasileira é encontrada na descontinuidade financeira e se dá por o poder político e a sociedade não terem percepção das ameaças. A teoria da Estratégia aponta a necessidade da vontade nacional para traduzir planejamentos estratégicos em atos, enquanto a Neurociência justifica que 95% de um processo decisório é influenciado pelo inconsciente (MLODINOW, 2014), em que o medo e o instinto de sobrevivência possuem grande destaque; ou seja, o apelo só à racionalidade do consciente pode ter baixa probabilidade de sucesso durante um processo de persuasão.

Ainda, a despeito da necessária articulação, observou-se diferentes abordagens nos documentos estratégicos das três Forças quanto à interação com a sociedade: a FAB foca na produção dual; a MB, na importância do mar e de seus recursos; e o EB, de forma mais objetiva e direta, explicita que a falta de um adversário claramente definido afasta a sociedade dos assuntos de Defesa, impactando a distribuição de recursos orçamentários, pois esta é definida a partir da percepção que a sociedade tem quanto às ameaças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a interconexão dos componentes da lógica da estratégia – fins, métodos e meios –, os meios desempenham um papel fundamental por condicionarem os métodos e os fins. Assim, concluímos que uma estratégia que não observe a atual ou que não garanta a futura disponibilidade de meios, por mais que cumpra os demais aspectos teóricos atinentes à sua formulação, terá sua credibilidade questionada. Isso evidencia a necessidade de estudar a estratégia de meios tanto quanto a estratégia operacional, ou até mais, principalmente numa estratégia naval, devido à exigência de meios de variados tipos e portes, aos altos custos daqueles e ao longo tempo para disponibilizá-los.

O presente estudo analisou dois casos: a estratégia naval de meios russa, na qual a designação clara dos inimigos para sua sociedade, inclusive por meio dos seus documentos estratégicos, possibilitou superar diversas dificuldades; e a atual estratégia naval de meios brasileira, cuja dificuldade financeira decorre de o poder político e a sociedade serem alheios aos assuntos de defesa por terem fraca percepção de inimigo e por a tentativa de designação de potenciais ameaças, a partir do contido nos documentos estratégicos, requerer um esforço intelectual e conhecimentos alheios à maioria da população.

Na inexecutabilidade de se estar pronto para todos os tipos de ameaças, o que seria custoso demais, a não designação de um inimigo bloqueia o pensamento estratégico, impedindo a estratégia de meios de dimensionar e preparar a disponibilidade dos recursos e a estratégia operacional de desenvolver um método que contorne uma carência de meios. Tal falta também afasta a vontade popular e a política – imprescindíveis para custear o alto ônus da Defesa em detrimento de outras necessidades sociais e transformar planejamento em ato, conforme o referencial teórico da Estratégia –, gerando sequelas desde a

formulação dos documentos estratégicos até a consecução da estratégia de meios.

Identificada a importância de conscientizar a sociedade quanto à existência de ameaças, os casos estudados apontaram duas abordagens ao público interno: na primeira, a Rússia é acusada de utilizar de Operações Psicológicas sobre sua própria população ao designar inimigos e disseminar medo; na segunda, o Brasil prioriza a ComSoc – para divulgação institucional, sem influenciar a população quanto a possíveis inimigos – e o PBC – para, numa nova estratégia de meios, dimensionar suas Forças usando uma metodologia de maior racionalidade e compatibilidade com as condições financeiras.

Cabe destacar que o PBC, embora menos, ainda depende da determinação das ameaças, o que ocorre na elaboração de cenários prospectivos e remete novamente à importância daquelas. Neste ponto, a Neurociência soma-se aos preceitos teóricos da Estratégia. Por ela, verificou-se que o comportamento humano e o processo decisório são fortemente influenciados pelo inconsciente, principalmente pela aversão ao medo, à dor, ao risco, à incerteza. Assim, ela explica por que "sobrevivência" é um dos principais interesses de Estados, conforme apresentado na teoria da Estratégia.

Ainda, a partir dela pode-se concluir que a apresentação do perfeito cumprimento, pelas FFAA, de suas atividades poderia dar à sociedade uma sensação de conforto, saciedade e segurança. Se um dos propósitos da busca da ComSoc pelo apoio popular fosse angariar recursos financeiros para custear meios da Defesa, a Neurociência Cognitiva aponta que, na persuasão, o apelo ao medo, como uma forma de dor, é mais forte do que o recorro à racionalidade. Assim, concluímos que a Neurociência explica, corrobora e enfatiza a importância do inimigo e da ameaça, já apontada na teoria de Estratégia.

Como a Neurociência comprova que só cerca de 5% do comportamento e do processo de decisão é afetado pela consciência/racionalidade –, enquanto os outros 95% são

afetados pelo inconsciente – estando neste o instinto de sobrevivência diante de ameaças –, pode-se inferir que a racionalidade do PBC e da ComSoc – adotados atualmente pela MB – tem baixa probabilidade de angariar a vontade nacional para a consecução da estratégia de meios, em detrimento de outras necessidades sociais, do que decorre implicações para os projetos estratégicos da MB, como o PNM.

Cabe destacar que essa probabilidade baixa ajuda a compreender as dificuldades encontradas, porém não esvazia o propósito original aos quais aquele método e aquela atividade se prestam. Ademais, por o apelo racional ainda ter chance de ser o fator decisivo, a baixa probabilidade tampouco o exclui definitivamente da busca pelo apoio nacional a uma estratégia de meios, motivo pelo qual se sugere estudar, como futuras pesquisas, a eficácia da ComSoc como ferramenta de convencimento da população brasileira.

Desta feita, diante da pergunta de pesquisa “em que medida a contemporânea estratégia naval de meios russa, sob a ótica da Neurociência, pode servir de subsídio a uma futura estratégia naval brasileira?” é razoável afirmarmos que para que haja uma implementação de sucesso, a estratégia russa demonstra ser necessário muito mais que cumprir, durante sua formulação, os aspectos teóricos da Estratégia; mas também haver, por parte da sociedade e do poder político, a clara consciência das ameaças.

Dessa forma, a Neurociência, associada à teoria da milenar Estratégia Militar, apresenta técnicas para angariar o apoio dos influenciadores e dos participantes do processo decisório de priorização de recursos orçamentários para a custosa estratégia naval de meios, mesmo diante de inúmeras outras necessidades sociais, e ajuda a explicar alguns óbices encontrados. A relação entre instinto/inconsciente e sobrevivência fica evidente quando se há a designação e a percepção clara da ameaça e aponta para a relevância da aplicação da Neurociência associada à estratégia de Defesa.

REFERÊNCIAS

ASCHER, D.; SILVA, W. V.; POLOWCZYK, J.; SILVA, E. D.; VEIGA, C. P. Neurostrategy: An Advance through the Paradigm Epistemological in Strategic Management? **Academy of Strategic Management Journal**. [S.l.], v. 17, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.abacademies.org/articles/neurostrategy-an-advance-through-the-paradigm-epistemological-in-strategic-management-7109.html>>. Acesso em: 20 abr.2022.

BILANISHVILI, G. **On the New National Security Strategy of the Russian Federation**. [S.l.]: Georgian Foundation for Strategic and International Studies, 2021. Disponível em: <<https://gfsis.org.ge/files/library/pdf/English-3011.pdf>>. Acesso em: 20 jun. de 2022.

BLANK, S. Cyber War and Information War a la Russe. In: PERKOVICH, G.; LEVITE, A. E. (Ed.). **Understanding Cyber Conflict: Fourteen Analogies**. [S.l.]: Georgetown University Press, 2017. cap. 5, p. 81-98. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/files/GUP_Perkovich_Levite_UnderstandingCyberConflict_Ch5.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BLANK, S. Russian Information Warfare as Domestic Counterinsurgency. In: **American Foreign Policy Interests**. [S.l.]: Taylor & Francis Group, 2013, v. 35, n. 1, p. 31-44. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10803920.2013.757946?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Agência Senado. **Política Nacional de Defesa é aprovada no Senado e segue para Câmara**. Jun. 2022a. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/02/politica-nacional-de-defesa-e-aprovada-no-senado-e-segue-para-camara#:~:text=A%20Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Defesa,capacidade%20para%20atender%20seus%20interesses>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº. 136**, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei complementar nº 97 que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando do Exército. **EB10-D-11.003**: Diretriz de Comunicação Social do Exército para o ano de 2022. [S.l.: s.n.], 2021a. p. 24-29. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/copiar.php?codarquivo=1258&act=sep>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.102**: Doutrina Militar Terrestre. 2. ed. [S.l.: s.n.], 2014. p. 1-1, 2-4, 2-5. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4760/1/EB20-MF-10.102.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. Comando da Aeronáutica. **DCA 11-45/2018**: Concepção

Estratégica - Força Aérea 100. [S.l.: s.n.], 2018a. p. 14, 15. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/Download/arquivos/DCA%2011-45_Concepcao_Estrategica_Forca_Aerea_100.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-323**: Política Naval. [S.l.: s.n.], 2019. 47 p. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/politica_naval/book.html>. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-335**: Doutrina de Operações de Informação. [S.l.: s.n.], 2018b. 62 p. Cap. 3. p. 6-8, 11-12.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA 860**: Manual de Comunicação Social da Marinha. 2. Rev. [S.l.: s.n.], 2021b. 350 p. Cap.7.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040)**. Brasília-DF: [s.n.], 2020a. 88 p. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html>. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Navios e Aeronaves**. [S.l.], 2022b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/meios-navais>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD51-M-04**: Doutrina Militar de Defesa. 2. ed. Brasília-DF: [s.n.], 2007. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/135/1/MD51_M04.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. [S.l.], 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília-DF: [s.n.], 2020b. 195 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Painel do Orçamento Federal. **Banco de Dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP)**. [S.l.: s.n.], 2022d. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqIk04&anonymous=true&sheet=SH06>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**.

[S.l.: s.n.], 2020c. 79 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD51-M-01: Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (SPEM)**. 2. ed. Brasília-DF: [s.n.], 2018c. 32 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md51a_m01a_sista_plja_estra_mila_spema_2a_ed_2018.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

BRICK, E. S. **Análise crítica dos documentos de alto nível de Defesa no Brasil (PND, END e LBDN, versão 2020)** - Documento Completo. [S.l.: s.n.], 2020. 49 p. Disponível em: <https://defesa.uff.br/wp-content/uploads/sites/342/2020/11/Anlise-PND_END_LBDN_Documento-Completo.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

CAMISÓN, César. Neurostrategy. In: KHOSROW-POUR, D. B. A. *et al.* (Ed.). **Encyclopedia of Organizational Knowledge, Administration, and Technology**. [S.l.]: IGI Global, 2021. p. 1876-1893.

COUTAU-BÉGARIE, H. **Tratado de estratégia**. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. v.1. 426 p. Título original: *Traité de stratégie*. 5^e éd. p. 65-69, 101-105, 117-118, 473-474 e 489.

DAHL, A.; OLSSON, P. **Regional Defence Economic Outlook 2021 - Europe and Russia**. FOI Memo: 7564. [Estocolmo]: FOI - Swedish Defence Research Agency, 2021. 6 p. Disponível em: <<https://www.foi.se/rest-api/report/FOI%20Memo%207564#:~:text=IMF%20also%20projection%20that%20the,by%204.4%20percent%20in%202021>>. Acesso em: 20 maio 2022.

DAVIS, P. K. **Analytic architecture for capabilities-based planning, mission-system analysis, and transformation**. Santa Monica-CA: Rand National Defense Research Inst, 2002. p. 1-14. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA402243.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

DIAS, R. **Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2013. p. 29-48.

FLORES, M. C. A evolução do pensamento estratégico. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2000. v. 120, n. 4-6, p. 45-61.

FLORES, M. C. Poder Naval – Fundamentos Instáveis e Rumos Incertos. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1980, v. 100, n. 10-12, p. 58-72.

FREUND, J. Una Definición y sus Comentarios. In: FREUND, J. **Sociología del Conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. cap. 2.

FUOCO, T. **Marinha fará licitação de U\$ 1,6 bi em navios de guerra no 1T19**. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2018/11/12/marinha-fara-licitacao-de-u-16-bi-em-navios-de-guerra-no-1t19.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

GONÇALVES, G. M. **Os Poderes Navais dos Estados Unidos da América e da República Popular da China no Atlântico Sul**: Implicações para a Marinha do Brasil até 2050, 2021. 64 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/CEMOS_041_DIS_CC_CA_MARNE.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

GÜLER, M. Ç.; SHAKIROVA, A. Deciphering Russia's 2021 National Security Strategy Document. [S.l.]: **SETA/PERSPECTIVE**, Set. 2021. n. 67. Disponível em: <<https://setav.org/en/assets/uploads/2021/09/P67En.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2022.

HUNTER, A. **A (Very) Brief History of Neuroscience**. [S.l.: s.n.], Out. 2017. Disponível em: <<https://brainworldmagazine.com/a-very-brief-history-of-neuroscience/>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

KAPLAN, R. D. Russia and the Independent Heartland. In: KAPLAN, R. D. **The revenge of geography: what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate**. New York: Random House, 2012. cap. X. p. 99-115.

KARYAKIN, V. V. **Information Wars and Security Threats**. NEO - New Eastern Outlook. [S.l.: s.n.], Out. 2013. Disponível em: <<https://journal-neo.org/2013/10/03/rus-informatsionny-e-vojny-i-ugrozy-bezopasnosti/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

KAUSHAL, S. **The Death of Gorshkov's Navy**: The Future of the Russian Surface Fleet. [S.l.]: RUSI - The Royal United Services Institute for Defence and Security Studies, jun. 2022. Disponível em: <<https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/death-gorshkovs-navy-future-russian-surface-fleet>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

KERRANE, E. Russian Insecurities: How Fear Drives Perception in the Near Abroad. **Journal on Baltic Security**, [S.l.], v. 6(1), p. 23–32, fev. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/347131083_Russian_Insecurities_How_Fear_Drives_Perception_in_the_Near_Abroad/fulltext/60a2b98aa6fdcc88cc033b9c/Russian-Insecurities-How-Fear-Drives-Perception-in-the-Near-Abroad.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

KOFMAN, M. **The Durability of Russian Military Power: Moscow's Prospects for Sustaining Direct Competition**. [S.l.: s.n.], Maio 2018. Disponível em: <<https://russianmilitaryanalysis.wordpress.com/tag/state-armament-program/>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

KOFMAN, M.; POLMAR, N. Toward Smaller Ships and Professional Sailors. **Proceedings**, United States Naval Institute. Annapolis-EUA, v. 142. 12th ed., dec. 2016, p. 66-67. Disponível em: <<https://russianmilitaryanalysis.wordpress.com/2017/01/10/toward-smaller-ships-and-professional-sailors/>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

KRISHNAN, A. **Military Neuroscience and the Coming Age of Neurowarfare**. 1st. ed. [S.l.]: Routledge, 2017. Cap. 46-75, 139-229.

LUZIN, P. **Russia's GPV-2027 State Arms Programme**. [S.l.]: Riddle Russia, Abr. 2018. Disponível em: <<https://ridl.io/russias-gpv-2027-state-arms-programme/>>. Acesso em: 01

ago. 2022.

MAHAN, A. T. **The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783**. 12th. ed. Boston: Little Brown and Company, 1918. p. 28-29; 59.

MLODINOW, L. **Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas**. Tradução de Cláudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Título original: Subliminal (How your unconscious mind rules your behaviour). p. 17-71, 108-143.

NAVY RECOGNITION. Analysis: The Russian State Armament Programme 2018 – 2027. **Navy Recognition**. [Andenne-Bélgica]: *NAVY RECOGNITION*, Dez. 2019. Disponível em: <<https://www.navyrecognition.com/index.php/focus-analysis/naval-technology/7791-analysis-the-russian-state-armament-programme-2018-2027.html/>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

OLIVEIRA, D. **Sinaval pede a candidatos política consistente para indústria naval**. [S.l.]: Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), Jul. 2022. Disponível em: <<http://sinaval.org.br/2022/07/sinaval-pede-a-candidatos-politica-consistente-para-industria-naval/>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

OLSSON, P.; DAHL, A.; JUNERFÄLT, T. **Defence Economic Outlook 2020 – An Assessment of the Global Power Balance 2010-2030**. FOI-R--5048-SE. [Estocolmo]: FOI - Swedish Defence Research Agency, 2021. 86 p. Disponível em: <<https://www.foi.se/rest-api/report/FOI-R--5048--SE>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

PERUZZO, M. **As três Mentes do Neuromarketing**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018. cap. 1-7.

POLMAR, N; KOFMAN, M. Russian Navy: One Step Forward, Two Steps Back? **Proceedings**, United States Naval Institute. Annapolis-EUA, v. 143, 12th. ed., jan. 2017. Disponível em: <<https://russianmilitaryanalysis.wordpress.com/tag/surface-combatants/>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

RAJAH, R; LENG, A. **Chart of the week: Global trade through a US-China lens**. [S.l.]: The Lowy Institute, dez. 2019. Disponível em: <<https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/chart-week-global-trade-through-us-china-lens>>. Acesso em: 04 ago. 2022

RODRIGUES-LIMA, N. **Negociação de Alto Impacto com Técnicas de Neuromarketing: neurociência**. Rio de Janeiro: Brasport, 2017. p. 75-91.

RÚSSIA. **Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence**, 2020. Tradução do Ministério das Relações Exteriores da Federação da Rússia. Título original: Основы государственной политики Российской Федерации в области ядерного сдерживания. Disponível em: <https://archive.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/international_safety/disarmament/-/asset_publisher/rp0fiUBmANaH/content/id/4152094>. Acesso em: 13 maio 2022.

RÚSSIA. **Doutrina Marítima da Federação da Rússia** (No original: **Морская Доктрина Российской Федерации**), 2022 Disponível em:

<<http://static.kremlin.ru/media/events/files/ru/xBBH7DL0RicfdtdWPoI32UekiLMTAycW.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

RÚSSIA. **Doutrina Militar da Federação da Rússia** (No original: **Военная доктрина Российской Федерации**), 2014. Disponível em: <<https://rg.ru/documents/2014/12/30/doktrina-dok.html>>. Acesso em: 21 maio 2022.

RÚSSIA. **Estratégia de Segurança Nacional da Federação da Rússia** (No original: **Стратегия национальной безопасности Российской Федерации**), 2021. 44 p. Disponível em: <<http://scrf.gov.ru/media/files/file/l4wGRPqJvETSkUTYmhepzRochb1j1jqh.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RÚSSIA. **Fundamentos da Política Estatal da Federação da Rússia no Campo de Operações Navais para o período até 2030** (No original: **Основ государственной политики Российской Федерации в области военно - морской деятельности на период до 2030 года**), 2017. Disponível em: <<http://kremlin.ru/acts/bank/42117>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

RÚSSIA. **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**, 2013. Tradução da Embaixada da Federação da Rússia no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Título original: **Концепции внешней политики Российской Федерации**. Disponível em: <<https://www.rusemb.org.uk/in1/>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

RÚSSIA. **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**, 2016. Tradução da Embaixada da Federação da Rússia no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Título original: **Концепции внешней политики Российской Федерации**. Disponível em: <https://www.rusemb.org.uk/rp_insight/>. Acesso em: 22 maio 2022.

SACONI, A. A aeronave soviética da Guerra Fria que parecia barco e fugia de radares. **UOL Economia**, São Paulo, 13 fev. 2022. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/todos-a-bordo/2022/02/13/monstro-mar-caspio-ecranoplano-aviao-sovietico-russia-guerra-fria-solo.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

SIPRI. **SIPRI Military Expenditure Database**. [Estocolmo]: Stockholm International Peace Research Institute, 2022. Disponível em: <<https://milex.sipri.org/sipri>>. Acesso em: 20 jun. de 2022.

WEDIN, L. **Estratégias Marítimas no Século XXI - A contribuição do Almirante Castex**. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. v.1. Título original: **Stratégies maritimes au XXIe siècle**. p. 101-157, 175-199.

WOOLF, A. F. **Conventional Prompt Global Strike and Long-range Ballistic Missiles: background and issues**. [s.l.]: Congressional Research Service, jul. 2021. p. 2-3. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/nuke/R41464.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

YARGER, H. R. **Strategic Theory for the 21st Century: the little book on big strategy**. Carlisle-PA: Strategic Studies Institute - U.S. Army War College, 2006. 83 p.

APÊNDICE A – Gastos russos com Defesa

Este apêndice tem o propósito de trazer informações esclarecedoras a respeito dos gastos da Federação da Rússia com Defesa, como as contidas na tabela a seguir:

TABELA 1
Gastos com Defesa, no período de-2012-2021, Rússia

ANO	VALOR CORRENTE (Milhões de dólares estadunidenses)	PARTICIPAÇÃO NO PIB (%)	PARTICIPAÇÃO NOS GASTOS PÚBLICOS (%)
2012	81.469,40	3,69	10,84
2013	88.352,90	3,85	11,12
2014	84.696,50	4,11	11,77
2015	66.421,82	4,87	13,81
2016	69.245,29	5,43	14,83
2017	66.913,03	4,25	12,20
2018	61.609,20	3,69	11,40
2019	65.201,34	3,83	11,40
2020	61.712,54	4,26	10,59
2021	65.907,71	4,08	10,79
Média	71.152,97	4,2	11,9

Fonte: Elaborado pelo autor (SIPRI, 2022).

Conforme apresentado no segundo capítulo, os gastos militares russos continuaram a ser moderados após a apresentação do PEA-2027 (OLSSON *et al.*, 2020). Os últimos três anos do antigo PEA são os primeiros anos do novo, gerando um período de transição. Assim, em 2018, quando foi anunciado o PEA-2027, ainda faltavam três anos do PEA-2011-2020 (LUZIN, 2018).

Enquanto as análises apresentam a quota de defesa em cerca de 3% do PIB como um aspecto favorável para a exequibilidade do PEA (NAVY RECOGNITION, 2019), os dados

revelam uma percentagem média de cerca de 4%, além de uma constância desta destinação de gastos públicos, conforme o GRÁF. 1 abaixo:

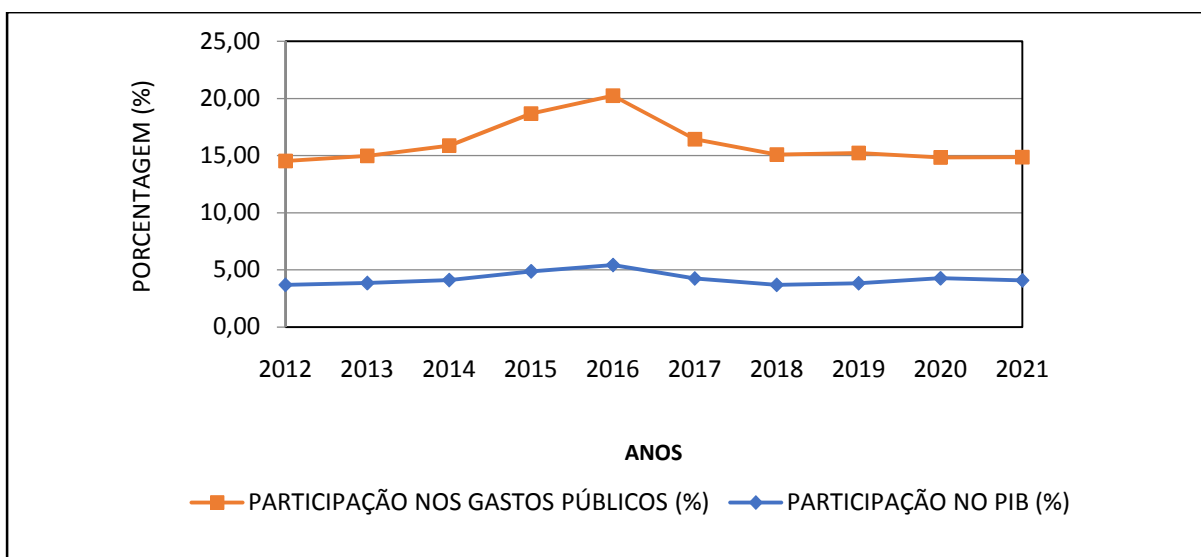


GRÁFICO 1 - Gastos de Defesa no PIB e nos gastos públicos, Rússia 2012-2021

Fonte: Elaborado pelo autor (SIPRI, 2022).

O PEA-2011-2020 representou um processo intensivo de renovação de equipamentos. Já o PEA-2027 consolida a transição para um processo mais normal e constante de gastos que permitam a renovação contínua (*NAVY RECOGNITION*, 2019), conforme observado no GRÁF. 2 abaixo:

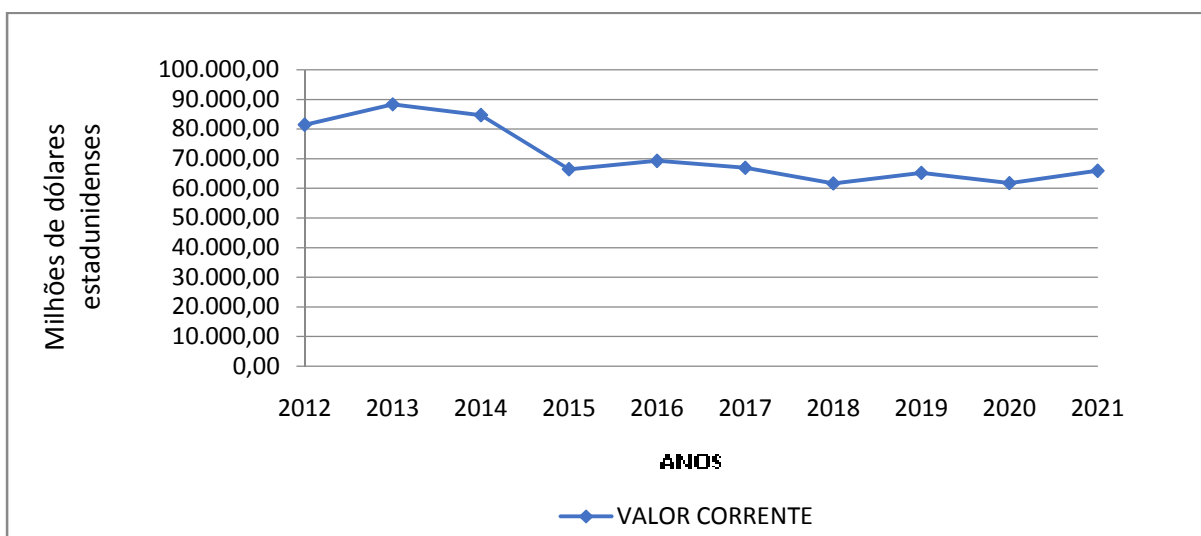


GRÁFICO 2 - Gastos de Defesa em valor corrente, Rússia 2012-2021

Fonte: Elaborado pelo autor (SIPRI, 2022).

APÊNDICE B – Gastos brasileiros com Defesa

Este apêndice tem o propósito de trazer informações esclarecedoras a respeito dos gastos militares brasileiros, como as contidas na tabela a seguir:

TABELA 2

Gastos com Defesa, no período de-2012-2021, Brasil.

ANO	VALOR CORRENTE (Milhões de dólares estadunidenses)	PARTICIPAÇÃO NO PIB (%)	PARTICIPAÇÃO NOS GASTOS PÚBLICOS (%)
2012	33.987,01	1,38	3,70
2013	32.874,79	1,33	3,55
2014	32.660,24	1,33	3,45
2015	24.617,70	1,37	3,55
2016	24.224,75	1,35	3,40
2017	29.261,83	1,41	3,69
2018	28.177,41	1,47	3,90
2019	25.906,87	1,38	3,70
2020	19.591,21	1,36	3,17
2021	19.187,12	1,19	3,28
Média	27.048,89	1,4	3,5

Fonte: Elaborado pelo autor (SIPRI, 2022).

Por ela, observou-se uma participação média de 1,4 % dos gastos militares no PIB brasileiro e de 3,5% nos gastos públicos, nos últimos dez anos, bem como sua redução gradual desde 2018, conforme GRAF. 3 a seguir:

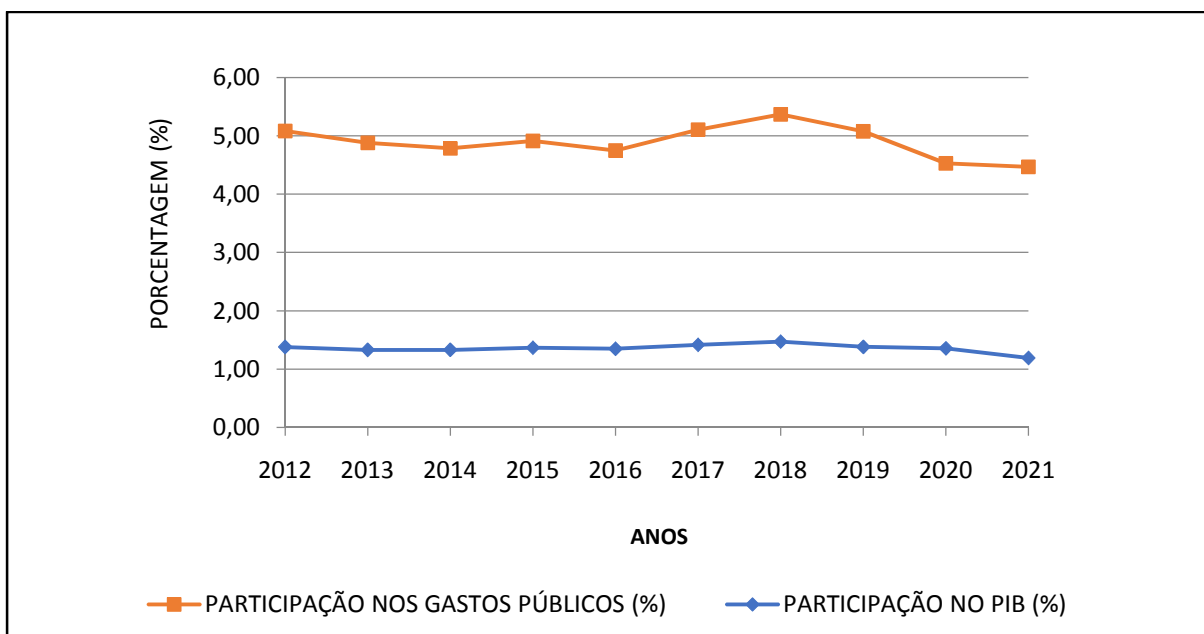


GRÁFICO 3 – Gastos de Defesa no PIB e nos gastos públicos, Brasil 2012-2021

Fonte: Elaborado pelo autor (SIPRI, 2022).

Este valor está abaixo da meta almejada de destinação de recursos orçamentários no patamar de 2% do PIB (BRASIL, 2020c). Ademais, cabe destacar que 82,5% do orçamento gasto com Defesa – valor liquidado em 2021 – é destinado a pagamento de as de manutenção e as de investimentos em capacidades futuras (BRASIL, 2022d).

APÊNDICE C – Presença de potências extrarregionais no Entorno Estratégico Brasileiro

O mapa da FIG.1 se propõe a apresentar ao leitor a noção geográfica da presença de potências extrarregionais detentoras de territórios no Entorno Estratégico Brasileiro.



FIGURA 1 - Presença de potências extrarregionais no Entorno Estratégico Brasileiro
Fonte: Adaptado de Brasil (2020a, p.18)

Cabe destacar que além da posse de territórios por Estados europeus, observou-se ainda potências presentes, militar e economicamente, tornando o Atlântico Sul um palco de disputa. Nesse contexto, há a expansão econômica chinesa, por meio do comércio internacional e dos investimentos – principalmente de infraestrutura –, além da atuação crescente de sua frota pesqueira. Por outro lado, os EUA tradicionalmente presentes, buscam se contrapor e manter a sua hegemonia (GONÇALVES, 2021). Assim, a título de exemplo, a FIG 2. apresenta a disputa entre China e EUA pela liderança do comércio internacional com Estados do Entorno Estratégico Brasileiro.



FIGURA 2 - Disputa entre China e EUA pela liderança do comércio internacional em 2018
Fonte: Adaptado de Rajah e Leng (2019). Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/chart-week-global-trade-through-us-china-lens>. Acesso em: 04 ago. 2022

APÊNDICE D – "Amazônia Azul"

Este apêndice tem o propósito de trazer informações esclarecedoras a respeito da "Amazônia Azul", "[...] região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira" (BRASIL, 2020b, p.188), ou seja, "a região do Atlântico Sul sobre a qual o Brasil exerce soberania e jurisdição nos assuntos afetos à exploração e ao controle das águas jurisdicionais e plataforma continental possui uma área equivalente à da Amazônia brasileira [...]" (BRASIL, 2020b, p.30), apresentada a seguir:



FIGURA 3 - A "Amazônia Azul"
Fonte: Brasil (2020a, p.7)

Assim, é uma ideia-força, "um conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela MB, com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional [...]" (BRASIL, 2020a, p.19).